

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SUL-RIO-GRANDENSE**  
Câmpus Pelotas

**LUCIANE KASTER BARCELLOS VIVEIRO**

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ÂMBITO DA  
EDUCAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE PELOTAS-RS**

**PELOTAS**

2019

**LUCIANE KASTER BARCELLOS VIVEIRO**

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO  
PÚBLICA NA CIDADE DE PELOTAS-RS**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora como requisito para aquisição do título de Mestre em Educação e Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas.

Linha de Pesquisa: Inserção Social: Trabalho, Cultura e Tecnologias na Educação Básica.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Helena Sawaia Guimarães Rostas

**PELOTAS**

2019



Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia Sul-Rio-Grandense

Reitor:

Pró-reitor de Graduação:

Pró-reitor de Pós-graduação:

Diretor da Pós-Graduação Lato Sensu:

Coordenador de Mestrado em:

Coordenador do Mestrado Profissional em:

FICHA CATALOGRÁFICA

Viveiro, Luciane Kaster Barcellos

**Código**

As Parcerias Público-Privadas no Âmbito da Educação Pública na Cidade de Pelotas-Rs. - - Pelotas, 2019.

75 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul

- Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia

1. Educação 2. Palavra Chave.

**Código**

**LUCIANE KASTER BARCELLOS VIVEIRO**

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA  
CIDADE DE PELOTAS-RS**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora como requisito para aquisição do título de Mestre em Educação e Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas.

Linha de Pesquisa: Inserção Social: Trabalho, Cultura e Tecnologias na Educação Básica.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

Aprovado pela Banca Examinadora em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Local: Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – Campus Pelotas

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente e Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas – IFSUL (MPET)

---

1º avaliador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cleoni Maria Barboza Fernandes – IFSUL (MPEP)

---

2º avaliador: Prof. Dr. Manoel José Porto Júnior – IFSUL (PROFEPT)

---

3º avaliador: Prof. Dr. Guilherme Ribeiro Rostas – IFSul

## DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos aqueles que entenderam a minha ausência neste período.

A esse grande Deus que me permitiu tamanho desafio e que me deu forças para chegar até aqui.

Ao meu filho que entende a importância do estudo e que sem ele, nada seremos.

Ao meu marido que aceitou e percorreu este caminho comigo.

Aos colegas que foram tão importantes na construção da minha identidade de pesquisadora.

A todos os professores que contribuíram e contribuem até hoje com a minha formação.

À minha orientadora, Dra<sup>a</sup> Professora Márcia Rostas por ter confiado a mim tamanha responsabilidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, meu orientador maior! Ao Senhor que sabe de todas as coisas e me permitiu vivenciar este momento me abençoando a cada palavra escrita aqui e guiando a minha fé a cada dia.

Ao meu filho Vítor Viveiro e meu marido Patrick Viveiro que entenderam a minha ausência em muitos momentos e que, ainda assim, apoiaram os meus estudos e se fizeram presente em cada etapa deste processo para que eu soubesse do apoio e da força que me davam a cada passo. Muito obrigada, meus amores, por estarem sempre comigo e por esta família que é a base da minha vida!

Aos colegas desta caminhada que se mostraram como tijolos na minha formação. Formando comigo uma construção forte, tijolo a tijolo e que nada poderá derrubar porque fizemos juntos uma casa forte, habitada por um conhecimento que ninguém será capaz de destruir!

Ao amigo Lucas Soares que acreditou em mim desde a primeira etapa deste processo.

Aos professores que embasaram esse conhecimento e que me mostraram o caminho mais adequado a seguir.

À minha orientadora, Dra. Professora Márcia Rostas, ao me mostrar que é possível mudar os rumos da educação com amor e esforço

.

## RESUMO

A pesquisa, apresentada nesta dissertação, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do IFSul – MPET, na Linha Inserção Social: Trabalho, Cultura e Tecnologias na Educação Básica. Apresenta, através da Análise Textual Discursiva (ATD) da cartilha do Programa Juntos, da Rede Comunitas, intitulada “4 anos juntos Pelotas-RS”, a interferência do setor privado empresarial nas políticas educacionais na educação pública da cidade de Pelotas. Verificamos que as Parcerias Público-Privadas (PPP) são firmadas por “parceiros” do setor privado com a finalidade de executar e gerenciar ações da administração, as quais, segundo estas instituições, o setor público não tem condições de gerenciar. Nesta ótica, a educação pública se configura em um espaço de negócios para o setor privado que enxerga, nas políticas públicas, uma porta de entrada para firmar tais parcerias. Estas instituições, configuradas como “sem fins lucrativos”, utilizam a crise do capitalismo como uma justificativa para a “incapacidade” do Estado de investir em ações na área educacional e ainda estimulam e executam a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico no país.

Palavras-chave: Abordagem capitalista; Educação; Parceria Público-Privada.

## ABSTRACT

The research, presented in this dissertation, is related to the Post Graduate Program in Education of IFSul – MPET, in the Scope of Social Insertion: Work, Culture, and Technologies in Primary and Secondary Education. It presents, through the Discursive Textual Analysis (DTA) of the material of the “Juntos” Program, of the Comunitas Network, entitled “4 Years Together Pelotas-RS”, the interference of the private business sector in the educational policies in public education in the city of Pelotas. It was observed that the public-private partnerships (PPPs) are established by “partners” from the private sector aiming at executing and managing administrative actions, which, according to those institutions, the public sector does not have conditions of doing. In this perspective, public education constitutes business space for the private sector which sees, in public policies, an open door to establish such partnerships. Those institutions, characterized as “non-profit initiatives”, use the capitalism crisis as an explanation for the State “incapacity” of investing in actions in the educational area and still stimulate and execute the participation of the private initiative in social and economical development in the country.

Keywords: Capitalist Approach. Education. Public-Private Partnership.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Reportagem do Pelotas - Notícias.....	44
<b>Figura 2</b> - Recorte da Cartilha.....	57
<b>Figura 3</b> - Publicação do CETEP sobre a Educopédia.....	63
<b>Figura 4</b> - Publicação do CETEP- órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação.....	64
<b>Figura 5</b> - Publicação do prefeito Eduardo Leite abordando o assunto Educopédia.....	68

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Levantamento de Pesquisas.....	21
<b>Quadro 2</b> - quadro síntese das escolhas.....	22
<b>Quadro 3</b> - Seleção de pesquisa de pós-do.....	22
<b>Quadro 4</b> - Seleção das teses.....	24
<b>Quadro 5</b> - Seleção das dissertações.....	26
<b>Quadro 6</b> - Artigos selecionados.....	30
<b>Quadro 7</b> - Referências utilizadas nas pesquisas analisadas.....	35
<b>Quadro 8</b> - Detalhamento de cartilhas do Programa Juntos com a cidade de Pelotas.....	46
<b>Quadro 9</b> - Concepções Analíticas.....	50
<b>Quadro 10</b> - Mapeamento de Categorias a partir do texto em análise.....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise do Discurso
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ATD	Análise Textual Discursiva
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETEP	Centro de Formação Tecnológica de Pelotas
FIS	Fundação Itaú Social
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GPRPPE	Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBICIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IU	Instituto Unibanco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPNE	Observatório do Plano Nacional de Educação
PDE/PAR	Plano de Desenvolvimento da Educação/Plano de Ações Articuladas
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS)
PPPs	Parcerias Público-Privadas
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SMED	Secretaria Municipal de Educação e Desporto
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UniCEUB	Centro Universitário de Brasília
WEB	Rede Mundial de Computadores

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 O INTERESSE PELO TEMA E DESDOBRAMENTOS: A PESQUISA E OS OBJETIVOS.....</b>	<b>18</b>
<b>3 ESTADO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>20</b>
3.1 Da pesquisa de Pós-Doc.....	21
.....	23
3.2 Das Teses.....	23
3.3 Das Dissertações.....	25
3.4 Dos Artigos.....	30
<b>4 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA.....</b>	<b>35</b>
4.1 Parcerias Público-privadas.....	36
4.2 Educação.....	38
4.2 Abordagem capitalista.....	41
<b>5 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO – DISCUTINDO O OBJETO.....</b>	<b>43</b>
<b>6 METODOLOGIA E ANÁLISE.....</b>	<b>49</b>
6.1 Etapa 1 - Desmontagem do texto/Unitarização.....	51
6.2 Etapa 2 - Estabelecendo Relações.....	52
.....	53
6.2.1 Categoria Planos de Educação.....	53
6.2.2 Categoria Secretarias de Educação.....	59
6.2.3 Categoria Políticas Educacionais.....	61
6.2.4 Categoria Parceria.....	67
6.2.5 Categoria Serviços.....	70
<b>7 METATEXTO.....</b>	<b>73</b>
<b>9 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>
<b>10 ANEXOS.....</b>	<b>80</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Pelotas está situada ao sul do Rio Grande do Sul e é também conhecida como a “Princesa do Sul” ou “Cidade do doce”. A cidade possui 328.275 mil habitantes, segundo o último censo (2010), publicado no site do IBGE. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é, em média, 2,8 salários mínimos.

Em relação à educação, a taxa de escolarização de estudantes na faixa de 6 a 14 anos é de 96,9% (2010). Desses, o montante de matrículas no Ensino Fundamental, em 2017 foi de 38.853 mil. Já no Ensino Médio (2017) foram 11.139 mil. Em relação aos docentes, em 2015 foram constatados 2.586 docentes no Ensino Fundamental e, em 2017, no Ensino Médio, tínhamos 1.117 professores cadastrados. Comparando esses dados com um total de 130 Escolas (2017), informado pelo censo, inferimos que a quantidade de professores é significativamente inferior à necessidade apresentada pelas Escolas a partir da quantidade de alunos apresentados pelo censo. Em relação às matrículas, podemos perceber na imagem que, em 2017, houve uma diminuição considerável na quantidade de matrículas.

Ainda conforme os dados do IBGE, em 2017 o número de estabelecimentos de Ensino Fundamental era de 130 Escolas. Já os de Ensino Médio era de apenas 35 Escolas.

Diante da atual crise política e capitalista, vivenciada pelo Estado, e levando em consideração o cenário econômico do país, diversas parcerias foram firmadas com o intuito de gerenciar, executar ou solucionar questões sociais. A utilização de investimentos de parceiros privados nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) garante a eficiência que o poder público deve ofertar à população, ou seja, podemos assim dizer que se trata de uma ideia de limitar a intervenção estatal. De outro lado, o Estado deve fomentar, fiscalizar e coordenar a iniciativa privada (Lei 11.079/04)<sup>1</sup>, de modo que o setor privado possa obter êxito em suas atividades.

Assim, seria de responsabilidade do Estado, a realização de determinadas atividades que o poder público não pode delegar a setores particulares. Podemos citar como exemplo a defesa, segurança, legislação, justiça, etc... Sendo assim, ficariam regidas pelo Estado as atividades de cunho social como saúde, educação, cultura e as atividades de econômicas, comerciais, financeiras e industriais, em que este, o Estado, só poderia então assumir

---

<sup>1</sup> A Lei 11.079/04 instituiu normas gerais de licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivos fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades controladas direta ou indiretamente.

novamente a execução se por algum motivo o setor privado não fizesse com excelência o seu papel diante dessas atividades.

Segundo dados do IBGE, informados pelo Programa Juntos<sup>2</sup> que estabelece uma parceria com a Prefeitura Municipal de Pelotas, com relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015, Pelotas cresceu 4,8, mas não atingiu a meta definida para o município, de 5,2. Em que pese os avanços indicados pela evolução dos índices entre 2013 e 2015, pode-se afirmar que a ampliação do acesso e a qualidade da educação ainda são importantes desafios do Plano Municipal de Educação (PME).

Os planos de educação são os mais importantes instrumentos da política educacional, pois decidem as metas de médio e longo prazo e garantem a continuidade das políticas públicas, já que, quando sancionados, possuem vigência de dez anos. Os planos também têm o papel de orientar a formulação de políticas de gestão educacional e de referenciar o controle social e a participação cidadã na área. Igualmente, promovem a articulação de todo o atendimento educacional em um território.

As PPPs podem ser definidas, segundo a legislação vigente (11.079/04), como contratos administrativos de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa. A partir desta descrição, podemos problematizar a transferência do poder público à forma de mercado desde a direção que será tomada por essas parcerias até a execução de atividades de responsabilidade delas.

Existem algumas formas que são “desenhadas” pelas PPPs. Entre elas podemos explicitar a direção, quando o detentor do capital influencia, direta ou indiretamente, no currículo da escola e na venda de produtos educativos e a execução, quando de fato o privado executa ações desde a pré-escola até o ensino médio com ofertas precarizadas de materiais que impõe suas visões de mercado e influenciam os rumos da educação.

Segundo Vera Peroni, em palestra<sup>3</sup> realizada na UFPel no ano de 2018, ao tratar do tema Políticas Educacionais, relata que:

O Brasil não tem um histórico democrático e a privatização do público é uma realidade “naturalizada” na cultura do país. No entanto, no período pós-ditadura, em um processo de correlação de forças com essa lógica historicamente instaurada, no período de democratização

---

<sup>2</sup> O Programa Juntos é uma plataforma de líderes do setor público, privado e sociedade civil, que tem como fundamento um modelo de governança compartilhada e transparente. Este modelo articula o fluxo de conhecimento e informação entre líderes públicos e privados para a construção colaborativa de ações pela melhoria da gestão pública. (Comunitas, 2018)

<sup>3</sup> Palestra realizada no dia 27 de abril de 2018, no Auditório da Reitoria-Campus Anglo da UFPel do “Encontro de políticas educacionais: as parcerias público-privadas e as redes de políticas” com as professoras Vera Peroni (UFRGS), Eneida Shiroma (UFSC) e Fátima Cossio (UFPel). A palestra pode ser vista no link: <https://www.facebook.com/outrasvozes.com.br/videos/2095403480488174>. Parte da transcrição das falas das professoras Vera Peroni e Eneida Shiroma foram feitas a partir da referida palestra.

iniciou-se um movimento de repensar o público, o Estado, com a participação efetiva da sociedade. Entende-se que a participação envolve um longo aprendizado que ocorre na experiência. (2018)

Isso acarreta, entre outros aspectos, o barateamento da força de trabalho através da contratação de qualquer pessoa que possua “notório saber” e que “segue a cartilha” do que deve ser feito em sala de aula, incitando a perspectiva de entender menos a estrutura e mais as relações e interesses, tudo baseado no interesse capitalista de instituições privadas precarizando o setor público.

Nesta mesma palestra, a professora Eneida Shiroma (2018) aprofunda o assunto sobre as parcerias e afirma que “[...] ter um assento nos espaços onde a política educacional é pensada tem dupla função: oferecer o produto já pronto e captar rapidamente tendências para lançar o produto”. Assim, os interesses capitalistas do setor privado se sobressaem às verdadeiras necessidades da escola que fica à mercê das imposições do mercado.

Ao problematizar a eficácia dessas parcerias e contextualizando-as com a educação pública da cidade de Pelotas-RS, chegamos à Rede Comunitas<sup>4</sup> que em sua página se define como “[...] uma organização da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país”. (COMUNITAS, 2018)

Em seguida descrevem que a “rede de parcerias” trabalha “[...] por meio do envolvimento de diversos atores, estimula e fomenta ações conjuntas com o propósito comum de promover o desenvolvimento sustentável por meio da parceria de líderes empresariais, engajados nas várias frentes de atuação”. (COMUNITAS, 2018)

A Rede Comunitas estabeleceu, desde o ano de 2013, uma parceria com diversos setores da Prefeitura Municipal de Pelotas. Dentre eles o Programa Juntos, que tem por motivação:

[...] estimular parcerias que melhorem a gestão pública, resultando no desenvolvimento local e aprimoramento dos serviços públicos. Com este laboratório de boas práticas, a Comunitas desenvolve ações que podem ser replicadas em outras cidades, acreditando que projetos bem sucedidos merecem ser compartilhados. (COMUNITAS, 2018).

Desta forma, enfatizamos a área educacional a fim de analisar os documentos que firmaram a parceria ente os anos de 2013 e 2016, na tentativa de buscar informações acerca da

---

<sup>4</sup> A Comunitas é uma organização da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país.

eficácia dos serviços prestados pelo setor privado ao serviço público, bem como, averiguarmos as interferências, por parte do setor privado, na educação pública.

Ivana Jinkings, em seu texto de apresentação à obra de Mészáros (2008) destaca que

[...] a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. Defende a existência de práticas educacionais que permitem aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõe uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem alienado. (p. 12)

Tal ideia corrobora com o nosso entendimento sobre educação, pois entendemos que desde sempre as escolas visam formar sujeitos para o mercado de trabalho e não para o mundo do trabalho. A partir dessa premissa, a ideia de que o estudante deve sair da escola com uma profissão é muito forte em detrimento da intenção de formar um cidadão pensante e que tenha condições de reivindicar seus direitos tanto civis quanto trabalhistas. A exigência capitalista adentra cada vez mais os espaços educacionais com o intuito de formar mão de obra barata e não cidadãos críticos e pensantes. Uma ótima oportunidade para estabelecer as parcerias público-privadas que apresentam, na maioria das vezes, soluções rápidas para resolver uma problemática constante na educação pública brasileira, a cobrança de uma formação técnica e voltada ao mercado de trabalho.

Emir Sader, no prefácio da obra de Mészáros (2008), afirma que “[...] a natureza da educação - como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas - está vinculada ao destino do trabalho” (p. 15). Desta forma, ao perceber que a escola forma sujeitos aptos a exercer uma função, na maioria das vezes braçal, as instituições privadas se valem desse fato e apresentam soluções mágicas para gerenciar e executar as tarefas de responsabilidade do Estado, e assim, moldam também a educação com as características do capital e reforçam a ideia de que a educação pública brasileira precisa formar mão de obra e não sujeitos críticos que questionem uma sociedade que se desenvolve a partir do sistema capitalista e não do sistema educacional.

Mészáros (2008) estabelece uma relação entre educação e trabalho em que a educação é vista como forma emancipatória de uma sociedade:

Ao pensar a educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia senão restabelecer os vínculos tão esquecidos entre educação e trabalho, como que afirmando: digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o

trabalho, uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores, somente ai se universalizará a educação. (p. 17)

Entendemos que a educação laica, pública e de qualidade, deve preparar os sujeitos para o mundo do trabalho, onde ele possa ter acesso a distintas oportunidades e aqui salientamos que, em uma sociedade capitalista, infelizmente as oportunidades nunca serão as mesmas para os filhos dos ricos e para os filhos dos pobres, e que através da educação, esse mesmo filho do pobre possa ter condições de concorrer a um cargo público ou a uma vaga de emprego em condições próximas àquelas que os filhos da burguesia têm. Aqui, deve-se fazer valer as leis que amparam os direitos dos cidadãos, ou pelo menos, deveriam amparar. “As soluções educacionais formais, mesmo algumas das maiores, e mesmo quando são sacramentadas pela lei, podem ser completamente invertidas, desde que a lógica do capital permaneça intacta como quadro de referência orientador da sociedade.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45)

Desta forma a pesquisa analisou a cartilha “4 anos juntos Pelotas-RS” do Programa Juntos e da Rede Comunitas, com vistas a verificar a interferência do setor privado empresarial nas políticas educacionais e na educação pública da cidade de Pelotas. Para tal estudo, a metodologia utilizada foi a Análise Textual Discursiva (ATD) que compreende, entre outros, a análise de documentos.

A cartilha estudada indica a parceria firmada entre o setor público, entendido aqui como a Prefeitura Municipal de Pelotas e o setor privado, a Organização Comunitas e seus parceiros. As análises efetuadas através da ATD são de cunho qualitativo. Todos os documentos e relatórios, apontados no corpo desta pesquisa, são públicos e estão disponíveis no site da Comunitas ou da Prefeitura de Pelotas.

Este documento, que discorre sobre esta pesquisa, encontra-se dividido em 7 seções:

A primeira seção - Introdução é, primeiramente, apresentada com base em um anuário: a cidade de Pelotas, recorte geográfico do *locus* pesquisa. É abordado, ainda, de uma forma sucinta, os caminhos pelos quais este estudo percorre.

A segunda seção - O interesse pelo tema e desdobramentos: a pesquisa e os objetivos - é apresentado ao leitor, uma abordagem geral acerca da existência das parcerias público-privadas (PPP) na cidade de Pelotas. Descrevemos, em seguida, o caminho percorrido até a identificação da Organização Comunitas que, através do Programa Juntos, estabeleceu parceria com a prefeitura municipal de Pelotas entre os anos de 2013-2016.

A terceira seção - Estado do Conhecimento - apresenta um levantamento e detalhamento das pesquisas existentes em torno da temática, com base no banco de dados do

Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE) do Núcleo de Política e Gestão da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (IBICT - CAPES), no período que compreende os anos de 2007-2017.

A quarta seção - Aproximações teóricas da pesquisa - apresenta uma revisão de literatura, partido dos referenciais apresentados pelos autores do Estado do Conhecimento, com base nas 3 (três) áreas descritas: Abordagem capitalista, Educação e Parceria Público-Privada.

A quinta seção -As parcerias público-privadas na educação: discutindo o objeto - apresenta a parceria entre a Rede Comunitas e a cidade de Pelotas. Além das cinco cartilhas, documentos, que fazem alusão às parcerias firmadas com o município.

A sexta seção - Metodologia e análise - primeiramente é apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa – Análise Textual Discursiva (ATD) e as etapas fundamentais para a apreciação documental: desmontagem do texto, também conhecida como **Unitarização; o estabelecimento de relações; captando o novo emergente** e; um processo auto-organizado, também entendido como **metatexto**. A análise foi dividida em 5 (cinco) categorias que emergiram da primeira etapa: - Planos de Educação; - Secretarias de Educação; - Políticas Educacionais; - Parcerias Estabelecidas e – Serviços. A constituição do metatexto permitiu, enquanto resultado de pesquisa, expressar novas compreensões atingidas ao longo da análise.

A partir daqui, convidamos o leitor a mergulhar no universo das parcerias público-privadas no âmbito da educação pública na cidade de Pelotas-RS.

## **2 O INTERESSE PELO TEMA E DESDOBRAMENTOS: A PESQUISA E OS OBJETIVOS**

O interesse pelo tema das parcerias público-privadas, relacionadas à educação, se deu a partir do conhecimento da existência, na cidade de Pelotas, do Programa Juntos que consiste em “[...] parcerias que melhorem a gestão pública, resultando no desenvolvimento local e aprimoramento dos serviços públicos [...]”<sup>5</sup>, vinculada à Organização Comunitas na Prefeitura Municipal.

A partir dessa informação, fomos em busca de documentos e dados que poderiam agregar e enriquecer a nossa pesquisa. Desta forma, na página da prefeitura, bem como no site da Comunitas, verificamos a existência de alguns relatórios, emitidos a cada quatro anos, tempo de duração de uma gestão municipal, que descrevem as atividades desenvolvidas além dos parceiros técnicos, a classe empresarial.

Chegamos então a um montante de cinco cartilhas e/ou relatórios que fazem referência à cidade de Pelotas. Desses cinco documentos, fizemos a escolha por uma das cartilhas que apresenta as atividades e trabalhos executados no município em um período compreendido entre os anos de 2013-2016. Após as leituras das cinco cartilhas e/ou relatórios, verificamos uma inclinação para o fato de que, em lugar do interesse público, o capital e a renda são os objetivos primários dessas parcerias. Em outras palavras, é o setor privado vislumbrando lucros através dos recursos orçamentários da rede pública. A Comunitas, instituição “sem fins lucrativos”, firma parcerias com o setor público defendendo a premissa do barateamento da força de trabalho através da contratação de terceiros.

Em um ano que presenciamos o desmonte da educação pública, através da negação de seu valor institucional, vimos com preocupação a forma como são apresentadas as atividades/funções/atribuições do serviço público. Neste cenário analisamos o relatório dos trabalhos executados, no município de Pelotas, através da parceria firmada entre a Prefeitura e a Comunitas.

O nosso olhar, dentro de um universo vasto de instâncias que consolidaram parceria, se volta para os dados alusivos à Secretaria Municipal de Educação (SMED). Estes dados podem apontar elementos de precarização do serviço público e enfatizando a necessidade do privado. Desta forma, objetivamos nesta pesquisa, a partir dos documentos analisados, verificar a interferência do setor privado empresarial nas políticas educacionais na educação pública da cidade de Pelotas.

---

<sup>5</sup> Descrição constante no site do Programa.

Entendemos como um problema o fato de que, da forma como está, a legislação que rege as PPPs compromete a própria essência daquilo que norteia o serviço público, ou aquilo que podemos denominar como o princípio do interesse público.

A partir de um primeiro contato com os documentos e relatórios das parcerias firmadas na cidade de Pelotas-RS entre os anos de 2013 e 2016, nos chamou a atenção o fato de que esses documentos apresentam, além de um roteiro de atuação, uma necessidade de se apropriar de informações e orçamentos destinados às diversas áreas da prefeitura com o intuito de “reorganizar” as áreas que apresentam “problemas” nas cidades, pois, segundo os relatórios, a Rede Comunitas e o Programa Juntos detém toda a experiência e metodologia adequada para reestruturar os municípios que estabelecem uma parceria com o programa. (COMUNITAS, 2018)

Diante destas inquietações, passamos a problematizar a eficácia das parcerias. Para dar subsídios a questão das PPP's, iniciamos a trajetória da pesquisa buscando publicações já existentes, que serviram como base para o aprofundamento do nosso estudo. O detalhamento deste percurso apresentamos a seguir, na seção denominada Estado do Conhecimento.

### 3 ESTADO DO CONHECIMENTO

Para Morosini e Fernandes (2014) o estado do conhecimento é

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia. (MOROSINI e FERNANDES, 2014, p. 155)

Com base no exposto pelas autoras, entendemos que o exercício de construção nos permite um contato com diversas abordagens de um tema a partir de estudos publicados, em um determinado período, em diversos bancos de pesquisas (artigos, dissertações e teses). Utilizamos como fonte de busca o banco de dados do Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE) do Núcleo de Política e Gestão da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (IBICT - CAPES).

Delimitamos um recorte temporal de uma década, período compreendido entre os anos de 2007 a 2017, utilizando como filtro as palavras chaves: [Abordagem Capitalista] *and* [Educação] *and* [Parceria Público-Privada]. Como primeiro resultado da busca tivemos 18 trabalhos, como descrito a seguir, no Quadro 1.

*Quadro 1 - Levantamento de Pesquisas*

Palavra-chave	Ano											Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
[Abordagem Capitalista] [Educação] [Parcerias público-privadas]												
Artigos Científicos e TCCs	-	-	-	-	-	1	-	1	3	3	3	11
Dissertações	-	1	-	1	-	2	-	-	-	-	-	4
Teses	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Texto de Pós- Doc	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Total Geral	0	1	0	1	0	3	0	2	4	3	4	18

Fonte: Elaborado pelas autoras

Após a leitura minuciosa das propostas dos trabalhos, resultantes da busca, utilizamos como critério de seleção para aprofundamento, os trabalhos que versam, mais especificamente, sobre as questões das parcerias público-privadas no ambiente escolar. Como resultado, exposto no quadro 2. A seguir, temos 10 trabalhos que serão apresentados nesta seção.

*Quadro 2 - quadro síntese das escolhas*

Palavra-chave	Ano						Total
	2008	2012	2014	2015	2016	2017	
[Abordagem Capitalista] [Educação] [Parceria Público-Privada]							
Artigos Científicos e TCCs	-	1	1	1	1	1	5
Texto de Pós- Doc	-	-	-	-	-	1	1
Teses	-	-	-	1	-	-	1
Dissertações	1	2	-	-	-	-	3
Total Geral	1	1	1	2	1	2	10

Fonte: Elaborado pelas autoras

### 3.1 Da pesquisa de Pós-Doc

*Quadro 3 - Seleção de pesquisa de pós-do*

Título	Autor	Ano	Instituição
Decorrência das Relações Público-Privadas para a Política e Gestão Escolar.	Maria José Ferreira Ruiz	2017	UFRGS

Fonte: Elaborado pelas autoras

A pesquisa de Pós-Doutorado intitulada **“Decorrências da Relação Público-Privado para a política e gestão escolar”**, escrito por **Maria José Ferreira Ruiz**, aprovado e publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2017, na cidade de Porto Alegre - RS aborda a ideia da mobilização feita por parte da classe empresarial para influenciar os conteúdos trabalhados nas Escolas, bem como a forma como esses conteúdos devem ser trabalhados. Esse texto investigou a Fundação Victor Civita<sup>6</sup>, responsável pela editoração da revista Gestão Escolar e Nova Escola. Bem como as relações entre a Fundação já citada e a Fundação Lemann<sup>7</sup>. As palavras-chave que embasaram a referida pesquisa foram: Política educacional, Gestão escolar e Parceria Público-Privada.

<sup>6</sup> A Fundação Victor Civita é uma Fundação privada de direito público focada na melhoria da Educação, é considerada uma entidade sem fins lucrativos e é mantida pela família Civita. Fonte: (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA: disponível em: <https://fvc.org.br/> ).

<sup>7</sup> Organização familiar, sem fins lucrativos que atua sempre em parceria com Governos e outras entidades da sociedade civil de maneira plural. A Fundação Lemann foi fundada pela família Lemann em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann. Acompanhando o modelo da Fundação Victor Civita, a Fundação Lemann anuncia a intencionalidade de desenvolver e apoiar projetos inovadores em educação, realizar pesquisas para embasar e influenciar os proponentes das políticas públicas no setor e oferecer formação para profissionais da educação e para o aprimoramento de lideranças em diversas áreas. Fonte: (FUNDAÇÃO LERMANN: disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/quem-somos/>).

O objetivo geral do estudo foi identificar a interferência do setor privado empresarial nas políticas educacionais, bem como analisar a proposta da Fundação Victor Civita no tocante a área de educação e ainda identificar os sujeitos formadores desta proposta e suas relações políticas.

A base teórico-metodológica utilizada nesta pesquisa segue a linha do materialismo histórico e como instrumentos foram utilizadas coletas de dados e pesquisas documental e bibliográfica. O texto foi dividido em cinco seções para facilitar o entendimento do leitor diante da pesquisa. Na primeira seção faz uma breve apresentação do tema a ser aprofundado, apresenta ao leitor os conceitos e instituições que serão a base para este estudo.

Na segunda seção, são apresentados, pela autora, os pressupostos teóricos e metodológicos que foram utilizados para nortear e embasar a pesquisa. Na terceira seção, assuntos como Terceira Via<sup>8</sup>, o papel do Estado e as reformas pelas quais o Brasil passou durante os governos de Fernando Collor, Lula da Silva e Dilma Rouseff são aprofundados. Na quarta seção são apresentados ideários, sujeitos e as ações utilizadas pela Fundação Victor Civita com seus objetivos voltados para o tema da gestão escolar, bem como são apresentadas aqui, discussões a respeito de uma “modernização conservadora” relacionada à educação pública. Na última seção apresenta a relação, em todos os seus sentidos, entre a fundação anteriormente citada com o Estado (considerado pela autora um de seus maiores clientes).

Nesta etapa da pesquisa, a autora conceitua e aprofunda conceitos como o capitalismo<sup>9</sup> para falar da redefinição do Estado diante da crise do primeiro. Além das pesquisas bibliográficas, foram utilizadas aqui também, pesquisas documentais, relatórios anuais e cadernos de pesquisas e estudos educacionais, todos disponibilizados pelo site da Fundação Victor Civita.

Os dados, oriundos da pesquisa, segundo a autora são “alarmantes” pois ferem os direitos constitucionais, minimizam os recursos públicos destinados a este setor (o da educação) e ainda interferem no conteúdo das propostas educacionais. Afirma também que a Fundação Victor Civita tem grande influência nas perspectivas modernizadoras do atual modelo de gestão escolar. A partir de revistas, sites interativos e cursos on-line, esta Fundação difunde seus ideários, dando assim, um novo formato de organização tanto da estrutura quanto dos currículos e conteúdos escolares.

---

<sup>8</sup> Novo formato dado à social-democracia que considera uma tentativa de defesa da política econômica conservadora que se alia a uma política social progressista.

<sup>9</sup> O Capitalismo aqui é entendido a partir das visões de Marx.

### 3.2 Das Teses

*Quadro 4 - Seleção das teses*

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Instituição</b>
Implicações da relação público privada para a democratização da educação.	Vera Maria Vidal Peroni	2015	UFRGS

Fonte: elaborado pelas autoras

A Tese intitulada **“Implicações da relação Público-Privada para a democratização da Educação”**, de autoria de **Vera Maria Vidal Peroni**, aprovada e publicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2015, na cidade de Porto Alegre-RS aborda a reorganização das fronteiras existentes entre o público e o privado a partir das redefinições do papel do Estado apontando as implicações que ocorrem na democratização da educação.

A autora defende a tese de que a “relação existente entre o público e o privado na política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas” em que “o processo de privatização do público ocorre tanto na direção quanto na execução das políticas educacionais”.

Dividida em cinco capítulos o estudo teve como objetivo analisar de que forma as redefinições no papel do Estado conseguem reorganizar as fronteiras existentes entre o público e privado e, ainda, como estas novas organizações se materializam na educação básica pública, e quais as implicações para o processo de democratização da educação no Brasil.

O referencial teórico-metodológico utiliza-se das obras de Thompson (1981), Lukács(1978), Wood(2003), Mészáros(2002), Vieira(1998). Inicia contextualizando as trajetórias das relações público-privadas.

No segundo capítulo apresenta os conceitos de democracia, neoliberalismo e terceira via. Em seguida, no terceiro capítulo, a autora, apresenta um debate sobre o processo de mercadificação da educação pública, embasando-se nas discussões de Ball (2012; 2013), Robertson e Verger (2012), Robertson, Mundy, Verger, Menashy (2012), Lima (2012; 2012a; 2013), Afonso (2013), Vilarinho (2015), Antunes (2015) e Rikowski (2014; 2015), fundamentando o leitor, no capítulo seguinte, apresenta o modo como está acontecendo no Brasil a mercadificação da educação pública. Traça uma linha do tempo da época da ditadura,

dos direitos conquistados, passando pela crise do capitalismo, conceituando a Terceira Via e culminando nos direitos sociais garantidos ao longo deste processo.

No último capítulo apresenta as pesquisas realizadas em dois Institutos, Ayrton Senna (IAS) e Unibanco (IU), retomando como os debates dos capítulos anteriores acontecem na prática, no âmbito da educação. Apresenta uma análise da crescente presença dos sujeitos que tem uma lógica de mercado tanto na direção quanto na execução das políticas públicas, determinando assim, os conteúdos da educação. No Brasil, esta lógica mercantil se apresenta de diferentes formas, seja no setor financeiro, nos organismos internacionais, no setor governamental ou até mesmo nas próprias Instituições de ensino. Defende que o

[...] mercado justifica a sua atuação no público para formar um sujeito instrumental à reestruturação produtiva, e um projeto de desenvolvimento competitivo em nível internacional, no entanto, as parcerias atuam com produtos padronizados e replicáveis, no sentido de igual para todos, o que é considerado em nossas pesquisas como um retrocesso. (PERONI, 2015, p. 149).

O cenário em que faz a análise envolve a Educação Infantil nas creches comunitárias, Instituições sem fins lucrativos e, o recebimento dos financiamentos oriundos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) como relação de parceria público-privada. No Ensino Fundamental, através das Instituições do Terceiro Setor<sup>10</sup>, a parceria acontece com o Plano de Desenvolvimento da Educação/Plano de Ações Articuladas (PDE/PAR). Neste tipo de parceria, segundo Peroni (2015), ocorre a aquisição de sistemas privados para o sistema público. Aqui, as Instituições consideradas, pela autora, como terceiro setor, são o Instituto Ayrton Senna, Alfa e Beto e outra de atuação nacional.

No Ensino Médio, a parceria analisada foi com o Instituto Unibanco. Este Instituto financia toda a escola. Muitas escolas públicas fazem esta parceria com uma finalidade, única, de angariar recursos diretos para as escolas. Em contrapartida, as atividades educacionais, oriundas destas articulações estão diretamente ligadas às ideologias capitalistas do poder privado.

---

<sup>10</sup> Terceiro Setor é um termo sociológico utilizado para definir organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público. Fonte: BLOG terceiro Setor, Belo Horizonte, BHBIT. Disponível em <https://www.bhbit.com.br/terceiro-setor/o-que-e-terceiro-setor-significado/>; acesso em 29 de agosto de 2018.

### 3.3 Das Dissertações

*Quadro 5 - Seleção das dissertações*

Título	Autor	Ano	Instituição
As parcerias público-privadas no programa de educação para todos: uma análise marxista.	Eveline Ferreira Feitosa	2012	Universidade Federal do Ceará
A Parceria Público-Privada na Educação: Implicações para a Gestão da Escola.	Juliana Selau Lumertz	2008	UFRGS
O financiamento das parcerias público-privadas no Brasil	Isamara Seabra	2012	UniCEUB - Centro Universitário de Brasília

Fonte: Elaborada pelas autoras

A Dissertação intitulada **As parcerias público-privadas no programa de educação para todos: uma análise marxista**, de autoria de **Eveline Ferreira Feitosa**, apresentada e aprovada pela Universidade Federal do Ceará no ano de 2012 tem como foco de pesquisa um exame crítico sobre as parcerias público-privadas e sua relação com a educação. Esta pesquisa está direcionada ao Programa mundial Educação Para Todos, vinculado ao movimento do empresariado brasileiro Todos pela Educação.

A autora destaca que o termo “complexo educacional” configura-se em um dos principais mecanismos utilizados, pelo capital, para associação e estreitamento entre o Estado e o empresariamento. A pesquisa aponta para uma educação vista como mercadoria pelas empresas privadas, espaço em que o lucro é mais importante do que a qualidade educacional.

A pesquisa objetivou compreender o processo de condicionalidade das escolas em relação às Parcerias Público-Privadas. O referencial teórico utilizado foi a crítica Marxista na perspectiva Ontológica. A autora nos traz a ideia de que as Parcerias Público-Privadas são utilizadas na educação brasileira a fim contemplar a intermediação internacional e fonte de financiamentos, servindo, desta forma, como uma porta de entrada para as empresas tomarem o comando do setor educacional. As palavras-chave utilizadas foram: Parceria público-privada, Educação para Todos, Estado e Empresariamento.

A pesquisa apresenta os Organismos Internacionais como um termômetro do cenário educacional brasileiro. Desta forma incita a ideia de que a educação deve estar vinculada ao setor privado através das parcerias. Esta visão empodera os empresários brasileiros, de tal forma, que cada vez mais, recebem estímulo financeiro do Estado. Os empresários passam a ser vistos como uma “alternativa educacional necessária e eficiente para alcançar a qualidade da educação”.

A crise estrutural do capital foi definida, neste trabalho, como o limite entre o público e o privado e, a partir desta ideia, a autora traçou um novo objetivo para a pesquisa que foi o de analisar as parcerias público-privadas na educação brasileira a partir do Programa Educação Para Todos. As análises abarcam os anos 90 do século XX.

A autora buscou contextualizar o Estado capitalista e suas configurações a conjuntura contemporânea, em crise, revisando, de certa forma, os conceitos do Estado e a sociedade civil em Marx, Engels e Gramsci, ao Estado moderno. A tentativa foi a de entender as parcerias já mencionadas fazendo a articulação do público com o privado nas políticas educacionais brasileiras a partir do resgate das teorias de Marx, em *O capital* (1983) e *A ideologia alemã* (2009), trazidas, mais tarde, por István Mészáros no livro *Para além do capital* (2002).

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise documental de declarações e relatórios do Programa Educação Para Todos. São levados em conta os documentos da UNESCO, como as declarações, metas e acordos firmados entre os países-membros da ONU sobre Educação para Todos. Dentre estes, a autora selecionou como mais relevantes: a Declaração Mundial de Educação para Todos ou Declaração de Jomtien<sup>11</sup>, na Tailândia, em 1990; o Fórum Mundial de Educação em Dakar, Senegal, 2000; e as Reuniões do Alto Nível de Educação para Todos, no período de 2001 a 2010.

No primeiro capítulo é apresentado o processo entre as parcerias público-privadas, em que o Estado assume novas configurações em virtude da crise do capital. A partir de uma explicação de Mészáros (2002), a autora explicita a crise estrutural do capital: “[...] vivenciamos uma crise estrutural sem precedentes, cuja estratégia utilizada pelo capital é atribuir ao Estado contemporâneo novas funções, centradas na privatização dos serviços públicos”. (p.13)

No segundo capítulo são apresentadas as contextualizações da reforma do Estado brasileiro em uma concepção neoliberal destacando a comercialização das políticas sociais, principalmente a educacional, em que se aprofunda a cooperação entre os setores públicos e privados. Aqui a autora traz os teóricos Montaño (2010a e 2010b) e Duriguetto (2010), que não são da perspectiva ontológica marxiana, mas foram utilizados a fim de explicitar os conceitos de parceiros e cooperação.

---

<sup>11</sup> A Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi uma conferência mundial sobre educação que aconteceu no ano de 1990 em Jomtien, na Tailândia e foi organizada pela UNESCO.

No terceiro capítulo, o enfoque foram as parcerias público-privadas a partir de uma crítica Marxista com o tema central no Programa Educação Para Todos e que abrange os teóricos Mendes (2005), Jimenez (2008) e Rabelo (2005).

Na conclusão do estudo a autora destacou que “[...] é possível afirmar que o movimento Todos Pela Educação está comprometido com as estratégias de hegemonia da classe empresarial no campo da educação, pautado numa perspectiva restrita de educação para os trabalhadores brasileiros na atual configuração do capitalismo”. Por fim destacou que “[...] ao atrelar-se ao Estado, através das Parcerias Público-Privadas contribuiu para o cumprimento dos objetivos do Programa da Educação Para Todos”.

A Dissertação intitulada **A Parceria Público-Privada na Educação: Implicações para a Gestão da Escola**, de autoria de **Juliana Selau Lumertz**, apresentada e aprovada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2008 tem como enfoque a análise da parceria entre o município de Sapiranga-RS e o Instituto Ayrton Senna discutindo as consequências destas parcerias para a educação.

O marco teórico utilizado foi a crise do capital e, a partir da constatação desta crise, a pesquisa apresenta questões que questionam a forma como a gestão escolar vêm se reconfigurando a partir da década de 80. O enfoque foi a análise entre um sistema de ensino público, neste caso o município de Sapiranga, em uma Escola Fundamental entre os anos de 1997 e 2006, e o setor privado, representado na pesquisa pelo Instituto Ayrton Senna. Pesquisou, de forma complementar, e não menos importante de que forma aparecem as implicações geradas pelas parcerias público-privada na Gestão Educacional.

As palavras-chave utilizadas pela autora foram Parceria Público-Privado, Terceiro Setor, Quase-Mercado, Gestão Escolar e Autonomia.

As Escolas da rede municipal de Sapiranga possuem uma parceria com o Instituto Ayrton Senna espaço em que desenvolvem o Projeto Rede Vencer. Na pesquisa os instrumentos utilizados para coleta de dados foram questionários abertos e entrevistas semiestruturadas. Além disso usaram a análise de documentos. Segundo a autora, para analisar a Gestão Escolar, imersa em uma Parceria Público-Privada, “foi necessário compreender como as políticas educacionais estão se materializando atualmente”.

Como suporte teórico, foram utilizados Mészáros (2002), Peroni (2003), Fernando Abrúcio (1999), Theresa Adrião (2005 e 2006), Ricardo Antunes (2002), Luiz Carlos Bresser Pereira (1998), Davi Harvey (1989) e Vera Peroni (2003 e 2006), Theresa Adrião (2006), Carlos Roberto Jamil Cury (1991), Maria de Fátima Costa Félix (1984), Erasto Fortes

Mendonça (2000), Vera Peroni (2006), Romualdo Portela de Oliveira (2005) e Dalila Andrade Oliveira (2002).

A Dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro trata de trazer ao leitor uma visão global a respeito do objetivo da pesquisa e ainda, apresenta os conceitos que foram desenvolvidos ao longo da pesquisa. O capítulo dois faz uma análise sobre a redefinição do papel do Estado e aborda as estratégias utilizadas pelos setores hegemônicos para superar a crise do capital que, por sua vez, influenciam diretamente na reconfiguração das políticas sociais.

No terceiro capítulo discuti a luta em torno da Gestão Democrática nos anos 80 e as influências sofridas ao longo da década de 90. Neste mesmo espaço a autora fez a apresentação do Instituto Ayrton Senna.

No quarto capítulo apresenta o estudo de caso do município de Sapiranga e as relações Público-Privadas estabelecidas com o Instituto Ayrton Senna e a escola de Sapiranga.

Por fim a pesquisa concluiu que as principais mudanças, oriundas de tais parcerias, ocorreram no interior das escolas. A partir do esvaziamento do Estado em suas responsabilidades com a educação pública, a escola se torna responsável por seu sucesso ou por seu insucesso. Nesta análise a autora destaca que os professores perderam a autonomia na sala de aula, pois as aulas já vinham prontas e planejadas pela equipe do Instituto Ayrton Senna, cabendo aos professores apenas repassar os conteúdos para os alunos. As escolas ficavam expostas em murais dependendo de sua classificação ou cumprimento de metas, fazendo assim com que se gerasse uma disputa entre escolas da mesma rede.

A Dissertação intitulada **O financiamento das Parcerias Público-Privadas no Brasil**, de autoria de **Isamara Searbra** apresentada e aprovada pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, no ano de 2012, faz uma abordagem sobre a importância do financiamento das parcerias público-privadas balizada pela legislação, Lei 11.079/04, que trata desta temática aportando os financiadores e as formas de como essas parcerias devem ser feitas.

A autora enfatiza a presença do BNDES e foca no o discurso defendido como

[...] a utilização de recursos públicos para viabilizar os investimentos privados nas PPP's pode ser interpretada como uma contradição a um dos objetivos básicos do instrumento das parcerias público-privadas: suprir a escassez de recursos públicos para viabilizar obras da infraestrutura e serviços públicos. (p. 6)

Considera o contexto de desenvolvimento da política pública das parcerias público-privadas no Brasil, explanando como objetivo principal da dissertação, mostrar a importância dos financiamentos e financiadores e a sistemática de atuação na viabilização das PPP's. Seabra (2012) aprofunda o estudo, na questão das fontes de financiamento, descrevendo as características do crédito para as parcerias no Brasil.

O estudo foi apoiado em estudos do ramo jurídico adotando uma perspectiva interdisciplinar de investigação, fazendo com que a visão jurídica se sobressaia às demais visões trazidas na pesquisa. Está dividida em três capítulos com sessões e subseções que guiam o leitor com mais facilidade.

O primeiro capítulo trata dos antecedentes às parcerias público-privadas, abordando as mudanças da atuação do Estado na economia, de interventor a regulador/parceiro, demonstrando como ocorreu a alteração de comportamento do Estado no Brasil, visando contextualizar historicamente o surgimento das PPPs. Num segundo momento, ainda no mesmo capítulo, é discutida a nova forma de atuação da Administração Pública, bem como a inserção do consenso nos seus atos, a busca de parcerias com o setor privado e a utilização de novos instrumentos contratuais. Aqui é tratado, ainda, o surgimento das PPP's como reflexo desse contexto e mostra as origens e os exemplos de programas mundiais sobre parcerias público-privadas e a dificuldade de se estabelecer um conceito único para tais parcerias. Ao final deste capítulo, é aprofundado o conteúdo da Lei 11.079/04 e seus principais aspectos conceituais.

No segundo Capítulo a autora discorre sobre a importância e necessidade das parcerias Público-Privadas. Aqui ela aborda os termos mais jurídicos que tratam deste tema. Já no terceiro capítulo há uma abordagem mais específica sobre as fontes e parcerias no Brasil, bem como, aponta algumas das Instituições financeiras brasileiras que aderiram a tais parcerias. O foco aqui é o BNDES e de que forma se dá o financiamento, por parte desta Instituição Federal a tais parcerias. Ainda foca nas consequências de firmar parcerias público-privadas.

Por fim, na conclusão, alguns questionamentos são deixados como provocação sobre a situação política e as consequências das parcerias público-privadas. De forma complementar aponta a preocupação com a forma como são elaborados os projetos que dão base a essas parcerias.

### 3.4 Dos Artigos

*Quadro 6 - Artigos selecionados*

Título	Autor	Ano	Instituição
A crise estrutural do capitalismo e a gestão da educação	Luciani Paz Comerlatto	2014	UFRGS Publicado na X ANPED SUL
As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira	Vera Maria Vidal Peroni	2015	UFRGS
Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público	Vera Maria Vidal Peroni e Maria Raquel Caetano	2016	UFRGS/IFSul
A Presença do Empresariado na Educação Pública Brasileira e a Precarização de Novo Tipo do Trabalho Docente.	Amanda Moreira da Silva e Vânia Cardoso da Motta	2017	UERJ

Fonte: Elaborado pelas autoras

O artigo intitulado **A crise do capitalismo e a gestão da educação** de autoria de **Luciani Paz Comerlatto**, publicado na X ANPED SUL, no ano de 2014, problematiza a crise estrutural do capitalismo e, sob a visão das parcerias público-privadas, visa identificar como se dá a gestão da educação.

O referencial de gestão de educação, utilizado no estudo descrito no artigo é o Instituto Ayrton Senna com as suas propostas de ensino. Segundo a autora há neste documento um “esvaziamento da autonomia, participação e democracia no contexto da educação”.

Neste texto são tratados conceitos relevantes como a contradição ideológica entre a lógica do capital e a democracia. Para aprofundar o entendimento são trazidos autores como Mészáros (2009), Antunes (2009), Marx (1993) em uma visão mais ampliada e em citações indiretas, bem como Harvey (2011). Todos eles para falar sobre a crise capitalista e as formas de sociedade capitalista.

O artigo enfoca a crise do sistema capitalista durante toda a sua extensão a relaciona com a educação, mais especificamente na forma como a educação é “gerenciada” a partir das necessidades do capital. Segundo Comerlatto (2014) a educação que investe no capital prepara o estudante apenas para o mercado de trabalho, para serem tratados como mercadorias cada vez mais baratas, forma, segundo ela, exigida pelo capital com a educação, que não deixa de ser vista como uma mercadoria.

Afirma em seu texto que “[...] dessa forma, a educação tem um papel essencial na manutenção da sociedade capitalista, que é o da perpetuação da exploração do trabalhador pelo capitalista, facilitando os processos de acumulação do próprio capital, à custa da

exploração e conseqüente desrealização do trabalhador pelo trabalho.[...]” (COMERLATTO, 2014 p. 8)

Aponta, ainda, no teor do texto um estudo sobre a adoção de parcerias entre o público e o privado na educação, sob o pretexto de melhorias da realidade social, mas, de acordo com a autora, o que efetivamente ocorre é o domínio de mais essa dimensão da realidade, impondo a lógica do mercado, gerando trabalho mais barato para o capitalista, possibilitando mais lucros.

Ao tratar, especificamente, sobre o Instituto Ayrton Senna, o texto traz autores como Carmelatto (2013) e Lima (2012). São abordados assuntos como a mercantilização da educação por esses institutos que dizem ser a porta para o sucesso da educação ou ainda ser a única fonte de salvação para a atual problemática educacional. O Instituto apresenta um manual em que caracteriza a escola eficaz como tendo: bons profissionais; senso de missão; autonomia pedagógica; liderança; clima escolar; utilização escolar; participação da comunidade e administração dos recursos.

Segundo o manual,

[...] a influência da pessoa do diretor é decisiva para a promoção da escola e ensino eficaz. É ele quem determina o clima emocional e intelectual da escola, traça o rumo e assume a liderança”. Esse documento apresenta tabelas que mostram como um bom diretor deve gerenciar sua escola, fazendo assim com que o caráter gerencialista e capitalista do Instituto Ayrton Senna se sobressaia em detrimento às suas parcerias. (BAHIA, 2007, p. 17)

Na conclusão, são trazidas ideias em que é observada a gestão gerencialista da educação como um meio da classe capitalista privatizar a capacidade de conhecimento da classe trabalhadora, tornando-as “mãos inteligentes” para a produção de bens de consumo.

O artigo intitulado **As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira** de autoria de **Vera Maria Vidal Peroni**, publicado na 37ª Reunião Nacional da ANPEd, no ano de 2015, aborda as questões da redefinição no papel do Estado, como o Estado reorganiza as fronteiras entre o público e o privado e, ainda, como as parcerias público-privado materializam-se na educação básica pública.

Embasada na crise do capitalismo, o texto debate as relações entre público e privado através de redes a partir de um conceito muito utilizado entre autores contemporâneos, as chamadas governanças.

Para tais análises a autora se utiliza de teóricos como Wood (2003), Vieira (1998) e Mészáros (2002). O foco da análise é a privatização do público e suas implicações para a democratização da educação. A autora conclui que as parcerias são formas encontradas para chegar até as escolas e salas de aula com a intenção de controlar o currículo, o que e como ensinar.

O artigo intitulado **Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público**, de autoria de Vera Maria Vidal Peroni e Maria Raquel Caetano, publicado na revista Educação & Realidade, na edição de abr./jun. 2016, analisa a privatização do público a partir do projeto Jovem de Futuro do Unibanco. As autoras discutem como se dá a influência dos sujeitos que participam do projeto, bem como a forma como interagem a partir de suas redes no Instituto. Ponderam sobre a privatização do público e suas implicações para a democratização da educação.

A análise ocorreu em Escolas públicas de Ensino Médio do Brasil em que as instituições privadas interferem no conteúdo da educação por meio de resultados, incentivando a lógica individualista e competitiva, típica do sistema capitalista. Peroni e Caetano (2016, p. 407) enfatiza que o uso da educação não se dá aleatoriamente, ao contrário:

[...] por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social.

O referencial utilizado para sustentar as análises envolve Mészáros (2011), Harvey (1992), Peroni (2007), Ball e Olmedo (2013), dentre outros. O enfoque teórico-metodológico adotado defende a premissa de que o Estado, assim como o capital, deve ser visto como relação ou processo. Nesta perspectiva o processo que envolve as Parcerias Público-Privadas (PPPs) pode ser visto como uma correlação de forças.

Concluem, o artigo, destacando que a maioria das instituições parceiras no projeto não possuem nenhum vínculo com a educação, impondo assim sua visão de mercado no processo educativo. Diante deste dado questionam se as parcerias e projetos não podem ser considerados como *uma compra da Escola pública* que tem sido precarizada em função da falta de investimentos e de políticas públicas na área da educação.

O artigo intitulado **A presença do Empresariado na Educação Pública Brasileira e a Precarização de Novo tipo de Trabalho Docente**, de autoria de Amanda Moreira da Silva e Vânia Cardoso da Motta, publicado na revista Educação em Revista, na edição referente aos meses de Jul-Dez de 2017, socializa discussões levantadas em estudos e

pesquisas sobre a mercantilização da educação e a, conseqüente, precarização do trabalho docente no Brasil.

As autoras destacam dois movimentos: 1) a crescente atuação de grupos empresariais organizados com vistas a interferir nas políticas educacionais, principalmente as da rede pública e, para isso, se utilizam das parcerias público-privadas; e, 2) As formas de resistência dos professores que manifestam sua insatisfação perante precarização de seu trabalho.

Foram analisados os tipos de precarização do novo tipo de trabalho dos professores da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro. As discussões foram pautadas nas leituras de Antunes (2013) e Alves (2013), bem como, a concepção de Estado admitida por Marx (2002) e Gramsci (1984).

Silva e Motta (2017, p. 39) observam que em pesquisas com docentes concursados há

[...] pressões no ambiente de trabalho a fim de “melhores desempenhos” e “resultados” e, em determinadas situações, não criam vínculos com uma única instituição, vivendo uma constante instabilidade e insegurança em relação ao seu local de trabalho, devido ao processo de fechamento de escolas e de turmas gerado pela “otimização” de recursos por parte do poder público.

Verifica-se aqui a precarização do trabalho dos profissionais da educação, que ao mesmo tempo que vivem em constante insegurança, necessitam, também, do trabalho para subsistir neste mundo capitalista que impõe suas condições e deixam os trabalhadores a mercê de um emprego sucateado, porém necessário. Silva e Motta seguem apresentando uma precarização ainda maior, sofrida por esses trabalhadores:

Com a perda da lotação na escola que atuam, estes profissionais são coagidos a irem para outras escolas, tendo que iniciar uma nova rotina de trabalho que implica em diferentes deslocamentos, outros espaços de atuação com novos alunos, diversas equipes de trabalho e direções escolares. Fatores estes que podem se modificar novamente no próximo ano letivo, criando uma situação constante de insegurança e incerteza que, de certa forma, os professores acabam consentindo a fim de garantir o seu emprego frente a situação de desemprego estrutural que assola a sociedade. Dizem ainda que os docentes desta instituição optam por saídas individuais, primando por sua saúde física e mental, em detrimento de discussões coletivas. Ainda detectaram que muitos dos professores da rede Estadual do Rio de Janeiro buscam sua participação em projetos estabelecidos pelas PPP's, visando melhor remuneração e melhores condições de trabalho como turmas menores e concentração do trabalho em uma única Escola. (2017, p. 39)

O artigo buscou identificar a materialidade das políticas públicas que vêm gerando uma metamorfose no mundo do trabalho docente com vistas a pensar coletivamente, estratégias de resistência no nível ético-político.

Após o estudo dos textos selecionados, dentre as inúmeras informações abstraídas, verificamos e elencamos os referenciais teóricos escolhidos pelos diversos autores. A partir

deles, passamos a aprofundar a nossa escrita com base nos autores que foram mais recorrentes em todos os trabalhos.

## 4 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA

Após a leitura e análise das pesquisas, da seção anterior, levantamos os teóricos utilizados por áreas de interesse: Parceria Público-Privada, Educação e Abordagem capitalista. Após este mapeamento, dos teóricos apresentados nas pesquisas, elaboramos o quadro 7 a seguir, divididos por área.

**Quadro 7 - Referências utilizadas nas pesquisas analisadas**

Título	Área	Teóricos
Implicações da relação público-privada para a democratização da educação.	Parceria Público-Privada	PERONI (2003, 2006, 2011, 2015); VIEIRA (1998, 2007); GIDDENS (2001); WOOD (2001, 2014)
	Educação	VIEIRA (1998, 2007); BALL (2012, 2013); ROBERTSON E VERGER (2012); ROBERTSON, MUNDY, VERGER, MENASHY (2012); LIMA (2012); AFONSO (2013); VILARINHO (2015); ANTUNES (2015); RIKOWSKI (2014, 2015).
	Abordagem capitalista	PERONI (2003, 2006, 2011, 2015); MÉSZÁROS (2002); WOOD (2003); LUKÁCS (1978); THOMPSON (1981); HARVEY (1989, 1995).
As parcerias público-privadas no programa de educação para todos: uma análise marxista.	Parceria Público-Privada	MENDES SEGUNDO (2005); LEI DAS PPPs (11.079/04); MONTANO (2010); DURIGUETTO (2010); LEHER (1999).
	Educação	Constituição Federal de 1988.
	Abordagem capitalista	MARX (1983, 2009); MÉSZÁROS (2002, 2006); LUKÁCS (1978); SANTOS (1987); MONTANO E DURIGUETTO (2010); MARX E ENGELS (1998, 2009, 2010); LEHER (1999); MENDES SEGUNDO (2005).
A Parceria Público-Privada na Educação: Implicações para a Gestão da Escola.	Parceria Público-Privada	PERONI (2003, 2006); ADRIÃO, PERONI (2005); MÉSZÁROS (2002); ABRÚCIO (1999); ADRIÃO (2005, 2006); ANTUNES (2002); BRESSER PEREIRA (1998, 1999); HARVEY (1989).
	Educação	LDB 9396 (1996) FÉLIX (1984); MENDONÇA (2000).
	Abordagem capitalista	PERONI (2003, 2006); MÉSZÁROS (2002); HARVEY (1989); ANTUNES (2002); WOOD (2003); MONTANO (2002).
O financiamento das parcerias público-privadas no Brasil	Parceria Público-Privada	PEREIRA (1989); JUSTEN FILHO (2002); SUNDFELD (2005); OLIVEIRA (2007); AZEVEDO (2008).
	Educação	-
	Abordagem capitalista	VENÂNCIO FILHO (1968); STIGUM E STIGUM (1978); HUNT (2005); SCHAPIRO (2010).
As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem?	Parceria Público-Privada	FRIGOTTO E CIAVATTA (2003);
	Educação	BRASIL (1990); LDB (1996); PACHECO (2010)
	Abordagem capitalista	CUNHA (2000);
A crise estrutural do capitalismo e a gestão da educação	Parceria Público-Privada	OLIVEIRA (2005);
	Educação	CORMELATTO (2000, 2013); BAHIA (2000, 2007); LAVAL (2004)
	Abordagem capitalista/precarização do trabalho	HARVEY (2011); MARX (1993, 1996); MÉSZÁROS (2009); ANTUNES (2009);
As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira.	Parceria Público-Privada	WOOD (2003); VIEIRA (1998); BALL E OLMEDO (2013); ADRIÃO (2009)
	Educação	-
	Abordagem capitalista	MÉSZÁROS (2002); WOOD (2003, 2014);
Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público	Parceria Público-Privada	PERONI (2007, 2013); BALL E OLMEDO (2013); WOOD (2014)
	Educação	-
	Abordagem capitalista	MÉSZÁROS (2002, 2011); HARVEY (1992); LAVAL (2004)
A Presença do Empresariado na Educação Pública Brasileira e a Precarização de Novo Tipo do Trabalho Docente	Parceria Público-Privada	ALVES (2013)
	Educação	FERNANDES (1973); MAGALHÃES E MOTTA (2015)
	Abordagem capitalista	MARX E ENGELS (2002); GRAMSCI (2000); MÉSZÁROS (2009); LUKÁCS (2013); ALVES (2013) ANTUNES (2013)

Fonte: Elaborado pelas autoras

De posse deste quadro observamos que, com relação a área das parcerias público-privadas, Peroni (2003, 2006) e Vieira (1998, 2007) são os referenciais mais citados. Já na área da Educação, a constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96. Com relação a abordagem capitalista encontramos novamente Peroni (2003, 2006) além de Mészáros (2002) e Wood (2003).

Partindo destes dados, iniciamos a escrita de uma revisão de literatura com base nas 3 (três) áreas descritas. Para um melhor delineamento, desta seção, fizemos uma divisão que contempla as três áreas: Abordagem capitalista, Educação e Parceria Público-Privada. Em cada uma delas faremos um aprofundamento nas principais ideias dos autores levantados.

#### **4.1 Parcerias Público-privadas**

As PPP's são definidas, do ponto de vista mercadológico, como instrumentos que privilegiam a iniciativa privada na concessão de contratos que estabelecem obrigações em administrar ou prestar serviços de “interesse público”.

Neste processo o setor privado assume a responsabilidade pelo financiamento e investimento, adotando, diante da sociedade, uma alternativa poderosa no desenvolvimento de obras públicas, de grande escala, num cenário de escassez de recursos e limitações orçamentárias. Justamente o que estamos vivenciando com esta nova crise do capitalismo.

Quanto à reforma no papel do Estado Peroni (2006) nos adverte sobre a vinculação que as instituições privadas fazem denotando a “culpa” da falência do Estado como decorrente de investimentos feitos em programas sociais. Este enunciado tem o intuito de incutir a ideia de que os recursos estão sendo gastos com projetos desnecessários e poderiam ser destinados a outras obras. Desta forma a autora nos adverte que

[...] o papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não estatal (sem fins lucrativos). (p.4)

Assim, o setor privado não só executa, mas também gerencia as parcerias firmadas com o Estado, tornando-se responsável, majoritário, do início ao fim do acordo firmado. Podemos inferir que, a partir do gerenciamento das PPP's, a área educacional é, se não a mais,

uma das mais atingidas, com o gerenciamento do setor privado dentro da instituição pública. Em relação a este fato, podemos inferir que há conexões entre o público e o privado que influenciam no sistema público de educação, e mais especificamente na gestão educacional.

Para conseguir a atenção da população, com a intenção de apresentar as PPP's como um fato importante e necessário, alguns setores são utilizados como o foco das atividades do setor privado em “parceria” com o setor público. Tais setores, frequentados pela população de baixa renda e, em muitos casos sem escolaridade, é visto como um espaço de disseminação dos grandes feitos do setor privado.

Desta forma “[...] a Terceira Via apela para a subjetividade das pessoas através da ajuda mútua, da solidariedade, da filantropia, [...] do terceiro setor, enquanto o dinheiro público dos impostos é deslocado para a esfera financeira [...]” como bem destaca Peroni (2006, p. 1) A análise de documentos e relatórios, que firmam tais parcerias, indicam um aumento significativo do surgimento de Organizações não Governamentais (ONGs), de Sindicatos e de Associações, ditas filantrópicas. São estas instituições que atraem os investimentos financeiros, com o incentivo do Estado que, logo a seguir, com dispensa de licitação (ou não), escolhe e/ou “seleciona” a parceira privada que executará o projeto contemplado pelas ONGs ou Associações.

Peroni (2006) destaca que normalmente as instituições de prestígio no mercado são aquelas que se tornam responsáveis pela parceria, que executam e gerenciam as atividades conforme os seus interesses, moldando o projeto conforme as suas necessidades. Sendo assim:

[...] a parceria do setor público com o terceiro setor, principalmente o vinculado ao setor empresarial, redefine a gestão das escolas, tendo como justificativa que o privado mercantil é parâmetro de qualidade e eficiência, e de como esse processo traz implicações para a construção da gestão democrática da educação”. (PERONI, 2006 p. 2)

A ideia é que a “[...] estratégia, portanto, é reformar o Estado e diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, e assim a lógica do mercado deve prevalecer inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo”. (PERONI, 2003, p. 2)

Neste viés, *a priori*, aquilo que é imposto pelo mercado, apresenta uma qualidade infinitamente superior ao proposto pelo Estado que, em crise, não tem credibilidade alguma para executar ou gerenciar as tarefas básicas como saúde, segurança e educação.

O neoliberalismo propõe o Estado mínimo e a Terceira Via propõe reformar o Estado e repassar tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos. Os dois querem racionalizar recursos e diminuir os gastos

do Estado com as políticas sociais e diminuir o papel das Instituições públicas, que são permeáveis á correlação de forças, o que eles chamam de *rente seeking*, além do que, o Estado foi diagnosticado como ineficiente e o “culpado” pela crise (PERONI, 2006, p.5).

Em contrapartida, Vieira (2009, p.13), enfatiza que “[...] as políticas sociais têm sido ligadas ao funcionamento do mercado, à capacidade de compensar as falhas deste”. Endossando o já destacado a partir das ideias de Peroni (2006), Vieira (2009) afirma que as instituições que se dizem sem fins lucrativos estão vinculadas, diretamente, aos interesses do mercado, deixando, em segundo plano, as políticas e direitos sociais.

No capitalismo concorrencial, preponderam às leis de mercado, e o Estado não interfere nas relações econômicas, ao menos para quem crê na pureza da ideologia. A concorrência tende a diminuir o preço da mercadoria, mas o vivo crescimento das forças produtivas aumenta a capacidade de competição, geralmente impedindo a quebra dos capitalistas que se confrontam no mercado. (VIEIRA, 2009, p. 137).

Desta forma, segundo o apontado pelos autores, o interesse maior concentra-se na disputa pela conquista da parceria, independentemente do mérito social que, na grande maioria dos casos, fica a mercê dos interesses do mercado. Ao firmar uma parceria entre o Estado e a sociedade o objeto deve ser de interesse público.

A criação de escolas e a contratação de professores tem sido uma solicitação recorrente da população, principalmente, no âmbito da educação básica. Em contrapartida este espaço, muito precarizado em nosso país, em que o investimento, aparentemente, é pouco, diante da necessidade de uma educação pública, gratuito e de qualidade, configura-se no local em que estas parcerias vêm se intensificando.

Entendemos que as parcerias, público-privadas, favorecem o mercado, em seus interesses capitalistas em detrimento da necessidade real de uma sociedade que anseia por políticas públicas alinhadas aos seus direitos, estabelecido na legislação vigente. Políticas, estas, que representem e legitimamente a sociedade, garantindo-lhes além de boas escolas, uma educação de qualidade, sem que, para isso, as políticas públicas sirvam como papel de fundo para estabelecer acordos que garantirão apenas o lucro do mercado.

## **4.2 Educação**

A educação poderia, de forma sintética, ser definida como um processo pelo qual o indivíduo aprende e apreende noções diversas para enfrentamento de situações da vida. No dicionário de Etimologia Michaelis (2018), o termo educar significa: “*e-du-car: Dar ou*

*oferecer (a alguém) conhecimentos e atenção especial para que possa desenvolver suas capacidades intelectuais, morais e físicas.”* (MICHAELIS, 2018)

Desta forma o ato de educar perpassa pela constituição do sujeito. Sendo assim acreditamos que a dialética marxista pode ser apresentada como uma das abordagens possíveis de interpretação da realidade no espaço escola. O método materialista histórico dialético que se caracteriza, a priori, pelo pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade pode se configurar em um instrumento de apropriação da realidade educacional aproximando o conhecimento necessário a formação do estudante balizado em suas vivências, experiências ao longo de sua história de vida e do meio social ao qual ele está inserido. Entendemos, ainda, que a educação é um processo em que o sujeito se constrói e, ao se construir, constrói a sociedade que o cerca.

Diante da necessidade de educação entendida como uma política bem visada em todos os espaços que verbalizam direitos fundamentais, podemos arriscar a afirmar, que esta área é uma das mais visadas no que tange as parcerias público-privadas. É disseminada publicamente a informação de que a educação pública brasileira é frágil transformando-a em um alvo fácil de ser capturado. Com a imagem de fragilidade construída, o Estado estabelece parcerias que permitem tanto o gerenciamento quanto a execução de ações de iniciativa privada em escolas públicas. Estas ações têm impactos visíveis: sucateamento do aparelho público, precarização do trabalho dos professores e manipulação do processo de ensino e de aprendizagem.

O direito à educação consta no capítulo I, do Título II, da Constituição Federal de 1988, e trata do tema relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos que estão previstos como um dos direitos sociais, (artigo 6º). Ainda, no artigo 206, inciso I, dispõe que deve ser assegurada a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ou seja, em estabelecimentos públicos.

Assim, a educação para além da legislação vigente é o espaço em que, no ideário popular, acreditamos ser possível a transformação nas instâncias social e econômica. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, destaca que:

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Bem como dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da mesma Constituição. Desta forma, a partir do exposto neste documento, a sociedade civil deve colaborar com os assuntos referentes à educação para que se exerça o preparo da cidadania.

A educação, dentro da ótica apregoada pelas PPP's, parece ter o objetivo de redimensionar o financiamento, a gestão escolar e os sistemas de ensino, criando mecanismos de concorrência por recursos financeiros públicos pautados especialmente em resultados de proficiência dos estudantes em testes nacionais. A Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), instituídas pelo MEC e em nível municipal, são exemplos destes testes. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por

[...] um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. Por meio de provas e questionários, aplicados periodicamente pelo Inep, o Saeb permite que os diversos níveis governamentais avaliem a qualidade da educação praticada no país, de modo a oferecer subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas com base em evidências. (INEP, 2018)

Ademais, dentro desta mesma perspectiva das PPP's, são introduzidos métodos de gestão empresarial nas escolas, visando padronizar o aprendizado estudantil por meio de competências curriculares. E o resultado é que os direitos sociais são submetidos à lógica do mercado e a democracia torna-se não mais uma comunidade de cidadãos portadores de direitos, mas uma sociedade de consumidores.

Nesse contexto, a educação assume um novo valor e uma necessidade de adaptar-se às condições do mercado por meio de estratégias que atendam os interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista.

No texto da Lei, em seu artigo primeiro, incisos 1 e 2:

Art.1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (p.8).

Assim, ao entendermos que a LDB é a referência que liga o sistema educacional brasileiro e as responsabilidades do Estado, nos questionamos sobre a forma como as

parcerias público-privadas “repassam” os deveres que são do Estado, segundo a própria legislação, ao setor privado que se tornam os responsáveis pelo direcionamento e rumos da educação em nosso país.

## 4.2 Abordagem capitalista

Ao abordar a temática abordagem capitalista, nos remetemos às alterações no mundo do trabalho, sobre a égide da hegemonia do capital. São alterações dos direitos trabalhistas, das proteções sociais, dos benefícios sociais que repercutem diretamente na vida dos trabalhadores.

A precarização nas relações de trabalho é a essência do modo de produção capitalista. Entendemos que, a partir do momento em que as parcerias público-privadas são firmadas (e acreditando que seu objetivo maior é aumentar a lucratividade das empresas que a compõe), a precarização se torna uma constante na vida dos trabalhadores que se submetem a condições quase nulas de trabalho.

Com isso, a precarização do trabalho destes profissionais se torna cada vez mais evidente, uma vez que acabam aceitando um trabalho que não prevê os direitos mínimos dos trabalhadores em virtude da necessidade de um emprego, ainda que seja em condições precárias, tudo isso desencadeado pela crise do capitalismo.

Esta forma de trabalho (terceirizado, estágio e trabalhos não fixos) vem em uma crescente nas últimas décadas, ocorre em função da crise capitalista que assola de maneira avassaladora os trabalhadores. Mészáros (2002) afirma que

[...] um exame mais detalhado da estrutura interna de poder até mesmo dos países capitalistas mais avançados revelou que – apesar dos relativos privilégios de seus trabalhadores em relação às condições de incontáveis milhões nos antigos territórios coloniais – eles preservaram essencialmente inalteradas as relações exploradoras de classe características do sistema do capital alienador (p. 44).

As relações exploratórias sempre existiram e, com estas formas precarizadas de trabalho, elas se tornam ainda mais visíveis e corriqueiras. Infelizmente o país passa por um dos seus piores momentos no tocante à precarização de trabalho. Direitos estão sendo retirados, postos de trabalhos estão sendo assumidos por salários indignos e os indivíduos sequer estão sendo reconhecidos como trabalhadores. Os trabalhos temporários e os terceirizados tomam cada vez mais uma proporção avassaladora no cenário trabalhista e, no cenário político atual, quanto mais trabalham, menos direitos esses cidadãos têm.

A atual crise capitalista amedronta os trabalhadores e isso resulta em uma crise global em que milhares de cidadãos estão vendo seus direitos violados

Wood (2014) destaca que,

[...]o Estado tem de ajudar a manter viva uma população sem propriedade que não tem outro meio de sobrevivência quando não existe trabalho, conservando um “exército de reserva” de trabalhadores ao longo das inevitáveis quedas cíclicas de demanda de trabalho. Por outro lado, tem de garantir que rotas de fuga e outros meios de sobrevivência que não o trabalho assalariado para o capital não estejam tão disponíveis a ponto de liberar os sem-propriedade da imposição de vender sua força de trabalho, quando necessária para o capital. (p. 26).

Aqui, cabe ressaltar que, a atual crise política, educacional, social e econômica do país, reforçam, ainda mais, a precarização dos trabalhadores. O retrocesso no que tange os direitos trabalhistas contribuem drasticamente para a expansão da precarização do trabalho, trazendo à tona a informalidade, em massa no mercado de trabalho.

Segundo Marx (1996b) a informalidade não deve ser tratada como uma anomalia que está associada ao maior ou menor nível da atividade econômica onde tais fatores possam contribuir para o aumento ou diminuição de sua magnitude. Desta forma, todo o cenário brasileiro atual contribui, em grande escala, para o desmonte dos direitos trabalhistas, para a disseminação da informalidade e para a precarização do trabalho.

## 5 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO – DISCUTINDO O OBJETO

Em reportagem publicada no site da Gaúcha ZH, em 24/5/2019, a repórter Angela Chagas apresenta a seguinte notícia: “Governo do RS estuda modelos de parcerias público-privadas para escolas estaduais” - Uma das propostas prevê que empresas façam reformas e cuidem da manutenção das instituições de ensino. Modelo americano de escolas "charter" também é avaliado.

Os modelos das chamadas *charter schools* apareceram no Estado década de 1990 e funcionam da seguinte forma, segundo a reportagem: “[...] uma instituição privada recebe recursos do governo para administrar uma escola pública. É responsável pela construção da estrutura, pela contratação de professores e funcionários e pela definição do currículo. Os estudantes não pagam mensalidade”. No teor do texto jornalístico, o ex-prefeito de Pelotas e atual governador do Estado, Eduardo Leite, teria afirmado: “Queremos esse modelo aqui. Só porque um serviço é público não significa que precisa ser administrado pelo poder público”.

Na página da prefeitura de Pelotas buscamos informações sobre a existência de PPP's. Com poucos dados disponíveis, buscamos outras fontes, como por exemplo, a página do Centro de Formação Tecnológica de Pelotas (CETEP), mantida em uma rede social, local de Formação Continuada dos professores da Rede Pública municipal, além de jornais virtuais.

O Portal Pelotas Notícias, em reportagem publicada no dia 18 de dezembro de 2014 indica a Comunitas como parceira da Prefeitura, como podemos verificar na imagem abaixo.

**Figura 1 - Reportagem do Pelotas - Notícias**



**Pelotas - Notícias**

18 de dezembro de 2014 · 🌐

👍 Curtir Página ...

**EDUARDO APRESENTA PROJETOS PARA 2015 EM SP**

O prefeito Eduardo Leite viajou a São Paulo para apresentar na sede da organização Comunitas, parceira da Prefeitura de Pelotas, o escopo do segundo ano do programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável. O chefe do executivo também aproveitará para conhecer o Poupatempo, um serviço criado pelo Governo do Estado de São Paulo que disponibiliza ao cidadão, em um único local, diversos serviços públicos estaduais, municipais e federais.

Em outubro de 2013, Prefeitura e Comunitas assinaram um convênio para desenvolver em conjunto um projeto de aprimoramento da gestão pública municipal, intitulado Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável. A empreitada tem por objetivo estimular a soma de esforços entre a iniciativa privada e os governos municipais para novas parcerias público-privadas.

De acordo com o titular da Coordenadoria de Gestão Estratégia, Cesar Mendes, a troca de experiências em gestão, proporcionada pelo programa durante o primeiro ano de implantação, trouxe inúmeros benefícios para a cidade, como o aporte de transferência em conhecimento nesta área via consultoria e orientação. "A Coordenadoria monitora todos os projetos elaborados pela Prefeitura, durante os quatro anos, com o objetivo de institucionalizar o conceito de melhoria da gestão pública", exemplifica Mendes.

O projeto, que também abrange a educação e a saúde, significou investimentos em melhorias e drástica evolução na qualidade do atendimento da Unidade Básica de Saúde (UBS) Bom Jesus, que atenderá a 25 mil pessoas, e cuja reinauguração está prevista para a primeira quinzena de janeiro de 2015.

Tanto a estrutura física quanto a parte de atendimento da UBS foram totalmente reformuladas. A unidade sofrerá uma mudança considerável em conceitos com acolhimento, abrangência de novos serviços com a expansão de equipes, inclusão de novas especialidades como psicólogos e educador físico, além da duplicação do serviço de odontologia, inclusão do conceito de farmácia distrital e serviços complementares para melhoria no atendimento.

Na área de educação, o Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável busca revolucionar os serviços, a partir de uma estrutura bastante simples. Uma das propostas é a Educopédia, que torna acessível às escolas vídeos e às vezes até jogos digitais elaborados para abordar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Pelotas será pioneira, o projeto está em fase preparatória e será implantado em março de 2015 em quatro escolas-piloto da rede municipal.

**Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável**

É um programa de aprimoramento da gestão pública, desenvolvido em oito municípios brasileiros: Campinas (SP), Paraty (RJ), Pelotas (RS), Santos (SP), Itirapina (SP), Juiz de Fora (MG), Teresina (PI) e Curitiba (PR). Com suas ações, o Juntos pretende estimular o envolvimento de lideranças políticas e empresariais na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população e também promover o intercâmbio de boas práticas entre os setores público e privado

Fonte: Pelotas Notícias – site de notícias e mídia.

Na reportagem, o então prefeito Eduardo Leite, à época, menciona um convênio firmado entre a Prefeitura de Pelotas e a Comunitas, no ano de 2013, a fim de “[...]”

desenvolver em conjunto um projeto de aprimoramento da gestão pública municipal, intitulado Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável.” Dentre as questões apontados, pelo gestor municipal, encontra-se a intenção em “[...]estimular a soma de esforços entre a iniciativa privada e os governos municipais para novas parcerias público-privadas.”

A reportagem cita, ainda, que na área da educação o Programa Juntos iria:

[...] revolucionar os serviços, a partir de uma estrutura bastante simples. Uma das propostas é a Educopédia, que torna acessível às escolas vídeos e às vezes até jogos digitais elaborados para abordar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Pelotas será pioneira, o projeto está em fase preparatória e será implantado em março de 2015 em quatro escolas-piloto da rede municipal.

Esta reportagem nos forneceu pistas da existência da parceria e nos deu subsídios para chegarmos ao site da Comunitas que, por sua vez, nos conduziu ao link do Programa Juntos. Chamamos a atenção à forma como se tem acesso a estes contratos/parcerias/documentos. Não se encontram em espaços de fácil verificação e nos rendeu horas de busca nos diversos locais públicos de informação.

Na página da Comunitas encontramos os documentos que atestam parcerias firmadas, em três áreas de atuação: saúde, segurança e educação, com algumas cidades brasileiras e do exterior. Nosso recorte de pesquisa envolve a educação na cidade de Pelotas, desta forma selecionamos os relatórios que estabelecem algum vínculo com este espaço.

A partir do nosso recorte nos debruçamos nas discussões que envolvem estas parcerias a partir do Programa Juntos, da organização Comunitas na educação municipal de Pelotas. Este programa consiste, segundo dados impressos na plataforma digital, disponível na Rede Mundial de Computadores (WEB), em um espaço de aperfeiçoamento da gestão pública que atua em diversas cidades brasileiras.

Como apresentado pela plataforma a Comunitas que se identifica como “[...] uma organização da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país.” (COMUNITAS, 2018).

Peroni (2015) aponta que o mercado utiliza, para enfatizar a necessidade das PPPs, a premissa de que somente o setor privado é capaz de “concertar” o setor público, reforçando uma visão errônea destas instituições.

[...] mercado justifica a sua atuação no público para formar um sujeito instrumental à reestruturação produtiva, e um projeto de desenvolvimento competitivo em nível internacional, no entanto, as parcerias atuam com produtos padronizados e replicáveis, no sentido

de igual para todos, o que é considerado em nossas pesquisas como um retrocesso. (PERONI, 2015, p. 149).

Assim, a Comunitas e o Programa Juntos neste “acordo” com a cidade de Pelotas intentam “[...] estimular parcerias que melhorem a gestão pública, resultando no desenvolvimento local e aprimoramento dos serviços públicos [...]” (COMUNITAS, 2018).

Firmada no governo de prefeito Eduardo Leite, compreendido entre os anos de 2013 e 2016, esta parceria “buscaria o equilíbrio fiscal do município” como exposto por ele no relatório de resultados disponível no site da Comunitas. Esta assertiva vai ao encontro da motivação, pelo menos a exposta no site, do programa Juntos que visa

[...] o ajuste das contas públicas e a reorganização da administração municipal, tendo como consequência a ampliação dos investimentos em serviços públicos que beneficiem a população, principalmente em áreas de maior demanda, como educação, saúde e melhorias urbanas [...] (Comunitas, 2018).

Os modelos de replicabilidade, utilizados como ferramenta pela Comunitas, são, na verdade, um grande retrocesso. Estes modelos partem do princípio de que uma metodologia, aplicada com êxito, em outra localidade (país, estado, município), pelo setor privado, tendo como indicadores qualidade e inovação, pode e deve ser replicado em outra escola. Desta forma, o mesmo modelo de educação, que segundo o julgamento da Comunitas deu certo, é replicado em outras regiões. Deixam de lado quesitos imprescindíveis para uma educação que atenda a comunidade: cultura e regionalidade.

Dos documentos desta parceria encontramos cinco cartilhas detalhadas no quadro 8, a seguir:

**Quadro 8 - Detalhamento de cartilhas do Programa Juntos com a cidade de Pelotas**

<b>Cartilhas vinculadas à cidade de Pelotas</b>	
Cartilha Programa Juntos - Governança compartilhada em prol da melhoria da Gestão	Serve como inspiração, referência e guia para aqueles que acreditam no trabalho multissetorial e em rede como melhor caminho para a melhoria da gestão pública brasileira e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos cidadãos.
Cartilha de Replicabilidade – Escritório de Gerenciamento de Projetos	Esta cartilha apresenta a Comunitas, o Programa Juntos e sua forma de atuação. Nela está apresentada a forma de atuação do Programa Juntos em parceria com as cidades, bem como o compromisso que as cidades assumem ao firmar a parceria.
O uso da Tecnologia na Gestão Pública	Propõe “tornar a burocracia tradicional mais profissional, eficiente e próxima do cidadão”.
O papel dos municípios na segurança pública: o caso Pacto Pelotas pela paz	Este documento é um guia de como o Juntos atua na área da segurança pública no município.
4 anos Juntos Pelotas-RS	Trata de uma síntese da atuação do Programa Juntos na cidade de Pelotas e apresenta as principais atividades implementadas pela

Fonte: elaborado pelas autoras baseado nos documentos disponíveis no site da Comunitas

O primeiro documento “Cartilha Programa Juntos - Governança compartilhada em prol da melhoria da Gestão” apresenta o Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável e serve como um guia para os municípios qualificarem os investimentos de forma sustentável, que de acordo com eles, estará em prol da melhoria do país. A diretora-presidente do Comunitas aponta que “[...] a cartilha do Juntos serve como inspiração, referência e guia para aqueles que acreditam no trabalho multissetorial e em rede como melhor caminho para a melhoria da gestão pública brasileira e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos cidadãos” (p. 6). A cartilha apresenta algumas cidades em que a atuação desta entidade se dá de forma bastante contundente, entre elas, destaca Pelotas.

O segundo documento é a “Cartilha de Replicabilidade – Escritório de Gerenciamento de Projetos”. Esta cartilha apresenta a Comunitas, o Programa Juntos e sua forma de atuação. Nela é apresentada a forma de atuação do Programa Juntos em parceria com as cidades, bem como o compromisso que as cidades assumem ao firmar a parceria

[...] as cidades, assim que aderem ao programa, firmam um pacto de transparência com o Juntos, comprometendo-se a exibir todas as informações consideradas fundamentais para o andamento dos projetos. O objetivo é oferecer mecanismos que permitam o reajuste das contas municipais, o aumento da capacidade de investimento das prefeituras e, conseqüentemente, da qualidade dos serviços públicos ofertados à população. (p. 13) *Grifo nosso*

O terceiro documento “O uso da tecnologia na gestão pública”, propõe “tornar a burocracia tradicional mais profissional, eficiente e próxima do cidadão” (p. 46). Este manual é um guia aos municípios apresentando uma metodologia de uso da tecnologia para desburocratização das informações, rapidez na pesquisa dos dados e na replicabilidade das informações. Desta forma, segundo este documento, outras cidades podem tomar, como exemplo, as boas práticas apresentadas por municípios e aderirem ao programa, também.

O quarto documento consiste em uma cartilha que aborda a segurança pública, um dos pilares de atuação do Juntos. Denominada “O papel dos municípios na segurança pública: o caso Pacto Pelotas pela Paz” consiste em um guia de como o programa atua na área da segurança pública no município. Além de apresentar muitos gráficos que tratam da violência na cidade, a cartilha, no corpo do seu texto, afirma que “[...] além de ser desintegrado, o modelo tradicional de policiamento caracteriza-se por ser genérico e busca resolver todos os

problemas em todos os lugares ao mesmo tempo [...]”. (p.15) Insinua que esta é a causa dos altos índices de violência na cidade.

Apresenta, ainda, que, a solução do problema da criminalidade é “[...] resgatar a confiança da sociedade no poder público, pois este consegue “entregar” resultados de forma mais concreta [...]” (p. 15). Assim, defende que o modelo de combate apresentado nesta cartilha, pelo setor privado, é “mais eficaz” do que o utilizado pelo setor público.

O quinto documento é a cartilha 4 anos juntos – Pelotas-RS que apresenta uma síntese da atuação do programa e informa as principais atividades implementadas no município.

De todos os documentos encontrados optamos por nos aprofundar no quinto documento pois detalha as parcerias e os relatórios do que foi executado. Esta cartilha se divide em 5 áreas: Gestão - Escritório de Gerenciamento de Projetos; Saúde – Co-criação de Serviços de Saúde; Educação - Apoio ao Plano Municipal de Educação; Lazer - Viva o Laranjal e Comunicação - Jornalista Dedicado.

Utilizando a Análise Textual Discursiva (ATD) fizemos uma apreciação minuciosa do documento na área da Educação - Apoio ao Plano Municipal de Educação. Para uma melhor compreensão do leitor acerca desta metodologia, na seção a seguir, detalhamos a ATD de base documental.

## 6 METODOLOGIA E ANÁLISE

Nesta etapa da pesquisa, apresentamos a análise textual discursiva (ATD), metodologia de análise estudo utilizada. A ATD baseia-se nos estudos de Moraes e Galiazzi (2016) que a descrevem como “[...] uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos [...]”. (p. 13)

Moraes e Galiazzi (2006) justificam que a inserção da ATD nas pesquisas da área educação, dentro do enfoque metodológico, rompe com modelos engessados e de opiniões unilaterais vistos como únicas formas de pesquisa para a produção de um “conhecimento científico verdadeiro”. Neste sentido, Moraes (2003) afirma que a ATD

[...] pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do corpus, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada [...]. (p. 192)

A principal característica da ATD, que a difere da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise de Discurso (AD), é a descrição e a interpretação no momento da análise, permitindo desenvolver, ambos os elementos, de modo integrado. São processos que se complementam e que se fundem como redes em busca de sentidos e significados, podendo se reiniciar a qualquer momento do processo à medida que novas interpretações são dadas para as análises. (MORAES; GALIAZZI, 2016). Para uma melhor compreensão do leitor apresentamos o quadro 9, a seguir, em que consta a comparação entre as 3 concepções analíticas:

*Quadro 9 - Concepções Analíticas*

Diferença entre análise de conteúdo, análise do discurso e análise textual discursiva:	
ANÁLISE DE CONTEÚDO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Análise de Conteúdo pode ser quantitativa e qualitativa. (CAREGNATO RCA, MUTTI R 2006).</li> <li>• A maioria dos autores refere-se à AC como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. (CAREGNATO RCA, MUTTI R 2006).</li> <li>• Na AC o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. (CAREGNATO RCA, MUTTI R 2006).</li> <li>• A técnica de AC se compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. (CAREGNATO RCA, MUTTI R 2006).</li> </ul>
ANÁLISE DO DISCURSO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na AD a interpretação é somente qualitativa.</li> <li>• A AD não é uma metodologia, é uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise. (CAREGNATO RCA, MUTTI R 2006).</li> <li>• O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais então verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação. (CAREGNATO RCA, MUTTI R 2006).</li> <li>• A AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. (CAREGNATO RCA, MUTTI R 2006).</li> <li>• A AD não vai trabalhar com a forma e o conteúdo, mas irá buscar os efeitos de sentido que se pode apreender mediante interpretação. (CAREGNATO RCA, MUTTI R 2006).</li> </ul>
ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição e interpretação das análises.</li> <li>• Reconstrução de conhecimentos existentes sobre o tema investigado (MORAES E Galiazzi, 2016).</li> <li>• Interpreta os fenômenos que investiga a partir de uma rigorosa análise da informação.</li> <li>• Examina os textos em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de produzir unidades constituintes.</li> <li>• Os materiais textuais constituem significantes que o analista precisa atribuir sentido e significado.</li> <li>• O corpus da ATD é constituído essencialmente de produções textuais.</li> <li>• A ATD compreende três processos essenciais: Desconstrução, Comunicação e Emergência.</li> <li>• O produto final da ATD é um Metatexto contendo as principais ideias analisadas.</li> <li>• No Metatexto que emerge das análises, três elementos devem aparecer: Descrição, Interpretação e Argumentação.</li> </ul>

Fonte: Bardin (1977) e Moraes e Galiazzi (2016), adaptado.

Com base no quadro é possível observar que a ATD, ao contrário das outras análises com as quais foi comparada, é compreendida como uma metodologia que permite, a partir de categorias emergentes do texto, em análise, a observação do contexto. Este processo, descrito por Moraes (2016), propõe quatro etapas principais: 1) Desmontagem dos textos; 2) Estabelecimento de relações; 3) Captando o novo emergente; 4) Um processo auto organizado.

- **Desmontagem dos textos** – também chamado de processo de Unitarização, consiste na etapa em que se examina os materiais, mais detalhadamente, até que se possa extrair unidades, distribuídas em categorias, com enunciados que se referem aos fenômenos que serão estudados.

- **Estabelecimento de relações** – etapa em que se elenca as categorias. Nesta fase, são construídas relações, a partir do texto, agrupando pelos “temas”, categorias, que emergiram do documento.
- **Captando o novo emergente** – a partir das categorias, emergem novas compreensões. Será possível observar os fragmentos e partes isoladas para cooptá-la com o todo. Desta forma será possível novos entendimentos originando um novo produto, o metatexto oriundo das combinações e análises constituídas ao longo do processo.
- **Um processo auto organizado** - constitui um processo pelo qual emergem novas compreensões. Os resultados não podem ser previstos. É essencial a preparação e organização do metatexto para que faça sentido toda a análise anteriormente realizada.

A partir do exposto sobre a metodologia passamos a descrever e aplicar cada uma das etapas que compreendem a ATD.

### 6.1 Etapa 1 - Desmontagem do texto/Unitarização

Na etapa de Desmontagem do texto – Unitarização – é o momento em que o todo é desconstruído em unidades menores para que, a partir delas, um fio condutor nos permita verificar as categorias que irão emergir.

Moraes e Galiazzi (2016) explicitam que “Unitarizar um conjunto de textos é identificar e salientar enunciados que os compõe”. (p. 136). Muito mais que divisões ou simples recortes feitos no texto, as unidades que surgem, inicialmente, devem ser entendidas como elementos de destaque. São unidades que, por algum motivo, chamaram a atenção do pesquisador. Desta forma a

[...] definição da unidade de análise depende dos objetivos da pesquisa, do objeto da investigação. Essas unidades podem ter dimensões e amplitudes variadas, resultando em maior ou menor fragmentação dos textos. Podem ser frases, parágrafos ou mesmo partes maiores do texto. Tendo em vista o foco discursivo da análise aqui proposta, enfatiza-se o sentido enunciativo dessas unidades, constituindo-as elementos de comunicação em que pelo menos duas vozes estão interagindo. (MORAES E GALIAZZI: 2016, p. 136).

Portanto, cabe ao pesquisador, desmembrar o texto em unidades de análise para que, posteriormente, delas surjam as categorias que serão objeto norteador do pesquisador. Desta forma o “[...] grau de fragmentação define, ao menos em parte, o caráter da análise.” (p. 137).

Durante este processo é importante que o pesquisador valide as unidades de investigação que apresentou. Neste viés:

[...] os objetivos da investigação, o problema e as questões da pesquisa ajudam a construir essa validade. Serão unidades válidas para uma pesquisa aquelas que afirmem algo em relação ao objeto da investigação. Somente necessitam ser unitarizadas informações do texto “corpus” que sejam válidas ou pertinentes ao objeto da pesquisa. (p. 137).

O texto utilizado neste estudo encontra-se dentro do documento “4 anos Juntos Pelotas-RS” na unidade que trata sobre a Educação. A escrita foi desconstruída em 5<sup>12</sup> categorias, utilizando o critério de incidência de palavras/expressão (termos) ao longo do documento, balizado pelo delineamento de Moraes (2016).

O critério utilizado é o de maior incidência de repetição/utilização dos termos dentro da estrutura textual. O texto completo (unidade Educação) possui, aproximadamente, 638<sup>13</sup> palavras. Para o computo dos termos foram desconsideradas as alegorias.

**Quadro 10** - Mapeamento de Categorias a partir do texto em análise

Unidade	Categorias	Subcategorias	Incidência
EDUCAÇÃO	Planos de Educação	Plano Nacional de Educação	1
		Plano Municipal de Educação	8
		Contexto/Situação da Educação no Município	1
	Secretaria de Educação	Secretaria Municipal de Educação de Pelotas	2
		Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro	2
		Coordenadoria Regional de Educação	1
	Políticas Educacionais	Programa Melhoria da Educação no Município	1
		Atendimento Educacional	1
		Rede Municipal de Educação	1
		Gestão Educacional	1
	Parceria	Fundação Itaú Social	3
		Escolas Piloto	1
	Serviços	EDUCOPÉDIA	5

Fonte: elaborada pelas autoras

## 6.2 Etapa 2 - Estabelecendo Relações

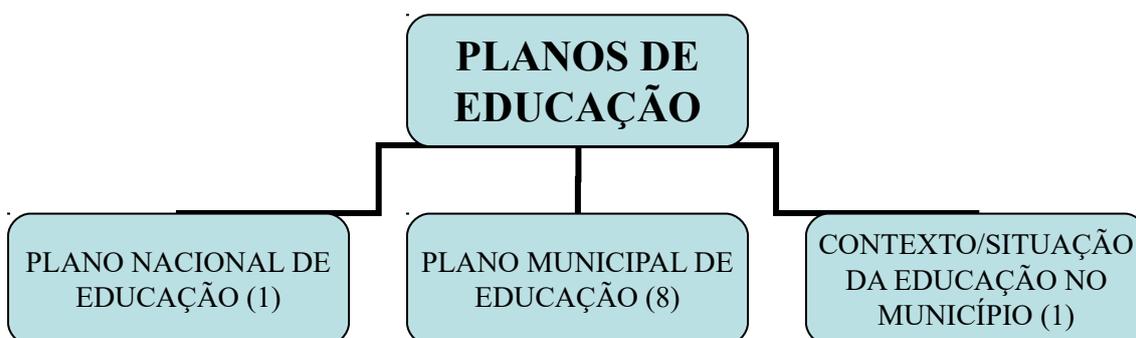
A segunda etapa, estabelecimento de relações, nos encaminhou novamente ao texto e, com base nas categorias, que emergiram das unidades, analisamos os contextos de aparecimento e as relações estabelecidas. Vale lembrar que o documento se afunila para a apreciação da categoria Educação. A seguir, detalhamos as categorias e, para facilitar o

<sup>12</sup> “5” por serem cinco palavras que aparecem ao longo de todo o texto da cartilha.

<sup>13</sup> O quantitativo agrega palavras de toda ordem, inclusive preposições, artigos e verbos de ligação, além de títulos com intuito apenas de chamar a atenção do leitor (alegorias).

trabalho e estabelecer relações, cada categoria recebeu subcategorias, conforme podemos observar no quadro 10, apresentado anteriormente.

### 6.2.1 Categoria Planos de Educação



“O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024”. (MEC, 2019) A partir da definição apresentada pelo MEC, podemos inferir que o Plano Nacional de Educação regulamenta as diretrizes da educação nacional no prazo de dez anos. Assim, a partir do site do Ministério da Educação, chegamos a outro site que trata exclusivamente sobre o PNE, a página do Observatório do Plano Nacional de Educação, (OPNE)<sup>14</sup> que nos apresenta a seguinte definição sobre o Plano Nacional de Educação:

[...] é uma lei em vigência desde 25 de junho de 2014 e estabelece diretrizes, metas e estratégias para os próximos dez anos da Educação brasileira. Desde a Constituição Federal de 1988, o País tem a obrigação de planejar o futuro de seu ensino, com o objetivo de oferecer uma Educação com mais qualidade para toda população brasileira. Os municípios, estados e o Distrito Federal devem aprovar planos que compreendam as suas realidades, mas que sejam orientados ao PNE. (OPNE, 2019)

Segundo dados apresentados em sua página, o Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE), indica que

<sup>14</sup> Observatório do Plano Nacional de Educação, disponível na página <https://www.observatoriodopne.org.br/>

Grupo de educadores da elite intelectual brasileira lançou um manifesto ao povo e ao governo que ficou conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação", que estabelecia a necessidade da construção de planos de Educação. O documento teve grande repercussão e motivou a inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934.

A seguir, para estabelecer uma relação com o PNE, apresentamos o Artigo 150 da Constituição Federal de 1934, onde surgem os primeiros indícios na necessidade da criação dos Planos de Educação. Segundo o texto legal, compete a união:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;
- b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;
- c) organizar e manter, nos Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos;
- d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário;
- e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções.

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras aee, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;
- e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
- f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.

Portanto, ainda segundo as informações constantes na página do Observatório, desde 1934 os Planos de Educação são motivo de discussão, porém, só a partir da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 foram criadas as primeiras Diretrizes e Bases da Educação Nacional com intuito, apenas, de regularizar o sistema de ensino do Brasil, tratando de questões como a

regulamentação de Conselhos Estaduais de Educação, formação mínima exigida para professores e a implantação de um Plano Nacional de Educação.

A partir destas informações, cabe lembrar que o texto “4 anos juntos Pelotas-RS” traz a informação acerca da existência do plano, em nível nacional, aprovado em 2014, e a determinação da elaboração do plano municipal com prazo determinado para cumprimento. Interessante levantar uma questão: embora no documento conste a data de início da parceria no ano de 2013 a lei que aprova o referido plano nacional é publicada somente um ano depois.

Cabe aqui salientar que o Ministério da Educação (MEC) criou o Observatório do PNE (OPNE) para que se possa encontrar indicadores de monitoramento das 20 metas e 254 estratégias do Plano. O observatório, segundo dados colhidos no site, além de análises, possui um extenso acervo de estudos, vídeos e informações sobre políticas públicas educacionais.

A Lei 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Tal legislação, no seu artigo 5 que trata da execução e do cumprimento das metas e aponta as instâncias de monitoramento em seu parágrafo 4º, aponta que:

O investimento público em educação a que se referem o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do Anexo desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

Desta forma, ao tomarmos conhecimento dos documentos legais que regem a construção e execução do PNE, podemos inferir que, Estados e Municípios possuem responsabilidade na construção do Plano Nacional de Educação e, ainda, são os principais responsáveis pela fiscalização e execução das metas estabelecidas.

Assim, a partir do PNE, cada município fica então responsável pela criação do Plano Municipal de Ensino (PME). Estes auxiliarão no cumprimento das metas do PNE. No município de Pelotas, a Lei nº 6.245, de 24 de junho de 2015 aprova o Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015-2024, e dá outras providências. Neste documento o artigo 5º aponta que:

Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e com o Fórum Municipal de Educação, avaliar a execução do PME,

estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas e das estratégias.

Portanto, questionamos, aqui, de forma inicial, a necessidade da implementação de uma PPP, visto que a legislação, citada acima, prevê a capacidade dos órgãos municipais no desenvolvimento deste trabalho.

No início da cartilha em análise, logo é apresentada uma descrição da importância do Plano Municipal de Educação (PME),

[...] Os planos de educação são os mais importantes instrumentos da política educacional, pois definem metas de médio e longo prazo, combatendo, ao mesmo tempo, a descontinuidade das políticas públicas. Os planos, quando sancionados, possuem vigência de dez anos, detendo, além disso, o papel de orientar a formulação de políticas de gestão educacional e referenciar o controle social e a participação a área. Igualmente, promovem a articulação de todo o atendimento educacional em um território. (p. 42)

A aprovação destes planos deve acontecer através das Câmaras de vereadores e posteriormente ser sancionado pelo prefeito da cidade. A Câmara de vereadores de Pelotas apresenta um link que nos leva a uma página em que as Leis Municipais são disponibilizadas mediante um cadastro prévio. Questionamos mais uma vez, se as leis são públicas e de direito de todo e qualquer cidadão, o porquê, para se ter acesso ao texto legal, a necessidade de um cadastro. Após efetuarmos esse cadastro, então, chegamos a lei 5.871 de 4 de janeiro de 2012 que aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2011-2020, na cidade de Pelotas. Este documento, anexo 1, além da aprovação do plano apresenta diretrizes e metas porém, ao longo de seus artigos não encontramos a afirmativa de bloqueio dos recursos federais na ausência de sua apresentação.

No Artigo 8º assinala que “[...] as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME - 2011/2020.” O que indica, sim, é a necessidade da elaboração do Plano para que, em sintonia com os Planos Nacionais, sigam a nortear o trabalho docente, bem como, o cumprimento das metas propostas neste documento. E ainda que as verbas serão destinadas de acordo com a “sintonia” apresentada, ou seja, de modo a cumprir o que estiver estipulado até então no documento.

Isto posto o que verificamos é que a cartilha em análise apresenta um trecho em que trata do orçamento designado ao PME “[...] as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de

dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME – 2011/2020.” (p. 43)

Como previsto por Moraes e Galiuzzi (2006), nesta etapa da ATD, os temas se atravessam de modo a constituir o novo emergente a partir do estabelecimento das relações. Conforme tratado no excerto acima, os Planos Municipais de Educação devem fazer a adequação necessária para que, em consonância com o Plano Nacional de Educação, estejam alinhados dentro de um prazo estipulado e aprovado pela gestão municipal.

A partir do exposto, anteriormente, focamos o nosso olhar novamente à Rede Comunitas, que conduz as informações da cartilha em análise. Para concretizar sua participação na educação do município de Pelotas, a partir do Programa Juntos (que atua diretamente no município representando a Rede Comunitas), algumas intervenções foram feitas no tocante ao “desenho” da educação na cidade.

Conforme podemos averiguar no trecho a seguir, a educação do município de Pelotas foi “delineada a partir do apoio do Programa Juntos que utilizou a metodologia da Fundação Itaú Social

“[...] Com o apoio do Juntos e a metodologia da Fundação Itaú Social, foram realizados quatro encontros presenciais de caráter reflexivo/formativo para a coleta de dados e encaminhamentos. Além disso, foram realizados encontros presenciais periódicos, desenvolvidos por meio de apresentações dialogadas que buscaram reconhecer a prática educacional do município, alinhados a discussões teóricas numa relação dialógica reflexiva e subsidiando o passo a passo da construção/revisão do Plano Municipal de Educação”. (p. 44)

Neste trecho, explicitamente, o Juntos, com a parceria da Fundação Itaú, inicia a aplicação da sua metodologia no ensino público de Pelotas que “[...] buscou reconhecer a prática educacional do município, alinhados a discussões teóricas numa relação dialógica reflexiva e subsidiando o passo a passo da construção/revisão do Plano Municipal de Educação.” (p.44)

Um dos pilares do Programa Juntos é o diagnóstico da sua área de atuação. O que, segundo o documento, foi feito com “maestria” no município de Pelotas. O público assume uma nuance privada uma vez que a metodologia adotada para a adequação do Plano Municipal passa a ser de administração privada incluindo as metodologias de formação dos professores e adequação dos conteúdos escolares.

Ao analisarmos esse trecho identificamos a participação do setor privado na educação do município desde o ano de 2000. Percebemos que, a partir dos documentos legais,

é estabelecido um longo prazo de vigência de um PE, e todo o aparente controle que este tem sobre a área educacional, logo a atenção do setor privado se volta para esta demanda que, além de ações contínuas, necessita de suporte permanente. Focado nesse interesse, o setor privado, representado, nesta categoria, pela Fundação Itaú, um dos afiliados da Comunitas, estabeleceu um vínculo com a educação pública de Pelotas, alegando ter a “expertise” necessária para a resolução dos problemas da educação no município, como podemos verificar na citação abaixo

[...] A Fundação Itaú Social (FIS) tem expertise na área educacional desde 2000. Um dos projetos que desenvolve é o Melhoria da Educação no Município, que tem como objetivo principal a formação continuada de gestores municipais e uma de suas estratégias é o desenvolvimento dos planejamentos de curto e longo prazo, que acabam por contemplar a elaboração do PME. (p. 43)

Ainda, no próprio documento, a Comunitas externa que “promoveu a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação de Pelotas e a Fundação Itaú Social, possibilitando a concretização de um processo de construção do plano mais participativo e amplo” (p. 43).

Abaixo podemos verificar a forma de atuação do Juntos nos municípios, bem como, as metodologias adotadas para “auxiliar” os gestores das cidades a organizar a educação de forma correta e eficaz.

*Figura 2 - Recorte da Cartilha*



Fonte: Cartilha Programa Juntos - Governança compartilhada em prol da melhoria da gestão. P. 24

Assim, como podemos visualizar na imagem acima, através do meio de gerenciamento matricial de despesas e receitas, inferimos que o Juntos “garante” aos municípios, maior eficiência no controle das finanças. A cartilha nos apresenta ainda uma

sucinta informação acerca da comunidade escolar da cidade e explicita a discussão sobre a educação do município com seus parceiros e comunidade escolar.

[...] Foi realizada uma pré-conferência de educação com o objetivo de promover um amplo debate com a comunidade escolar (Pelotas possui 89 Escolas municipais que reúnem 2.759 professores e 1.448 funcionários) e demais parceiros sobre o contexto/situação da educação no município, durante o processo de construção/revisão do PME. (p. 44)

Interessante ressaltar que, ao mesmo tempo em que o documento nos induz a acreditar que a comunidade escolar participou das discussões da construção do PME, o que está previsto em lei, nos apresenta certa restrição nessas participações ao apresentar que os técnicos da Secretaria e gestores foram consultados. Uma contradição que chama a nossa atenção principalmente pelo quantitativo apresentado anteriormente no trecho retirado do documento em análise. Interessante pensar que uma pequena minoria representa a “comunidade escolar” tão citada pelo Programa Juntos.

### 6.2.2 Categoria Secretarias de Educação



Segundo o site da prefeitura da cidade, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED)

[...] é responsável pela organização, execução, manutenção, administração, orientação, coordenação e controle das atividades do Poder Público ligadas à Educação, seguindo a legislação, as deliberações e o cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação, nas instituições que integram a rede pública municipal de ensino. No Desporto, a pasta promove e incentiva atividades voltadas ao bem estar e à inclusão social dos alunos da rede e da sociedade como um todo. (PELOTAS, 2019)

Portanto, é de responsabilidade da Secretaria de Educação do município executar, manter, administrar, orientar, coordenar e controlar as atividades do poder públicos vinculadas à educação, tarefa que, de certo modo, aparentemente foi transferida para o setor privado [...] a Comunitas promoveu a articulação entre a Secretaria Municipal de Pelotas e a Fundação Itaú Social, possibilitando a concretização de um processo de construção do plano mais participativo e amplo. (p.42)

Podemos perceber a participação/gerenciamento do setor privado na construção do PME, articulado pela Comunitas no excerto acima. Conforme podemos verificar na legislação que trata do PME, em seu artigo 2º, não está prevista a participação do setor privado nem na elaboração, tampouco na execução do documento.

Artigo 2º – O Plano Municipal de Educação foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Desporto e do Conselho Municipal de Educação, com participação da sociedade, e em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais.

Ao contrário do que estabelece a Lei 6.245/2015, no seu Artigo 5º:

[...] será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação e com o Fórum Municipal de Educação, avaliar a execução do PME, estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas e das estratégias[...]

Aparentemente, essa responsabilidade foi transferida para a Comunitas que, ao longo da cartilha em análise, vem nos descrevendo as diversas formas de atuação e participação na educação pública pelotense.

Quando a Comunitas, a partir do Programa Juntos apresenta uma assessoria à Educação pública, não enfatiza que esta será oferecida somente para os gestores técnicos da Secretaria de Educação, o que nos remete, mais uma vez a questionar o fato da participação da comunidade escolar nas atividades propostas. A partir desta “formação” para um pequeno grupo de técnicos, estes serão responsáveis por aplicar o que o Juntos chama de “replicabilidade”. Um dos técnicos replica a “formação” recebida para as Escolas também previamente selecionadas. O que aparece como “Escolas Piloto” no Programa Juntos.

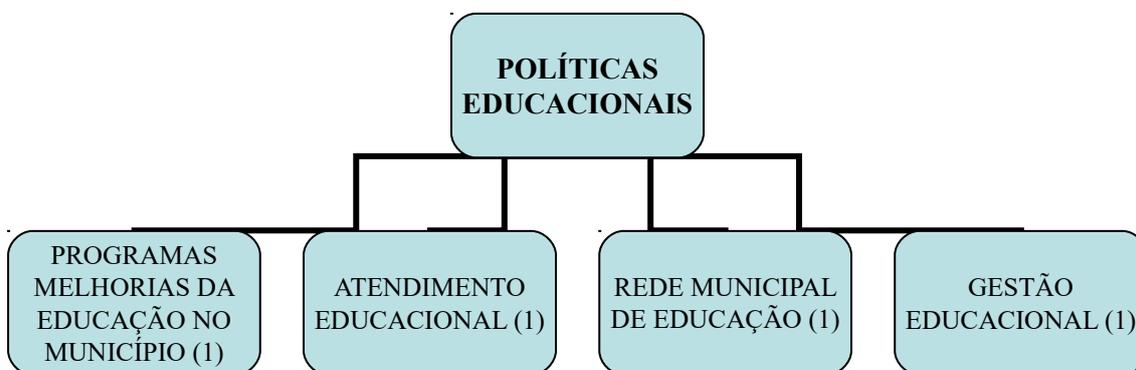
Outro ponto que chama a atenção é a forma como acontece a replicabilidade, proposta pelo Juntos. Através da articulação da Comunitas, o município de Pelotas, segundo eles selecionado para este estudo, replica determinada atividade, programa ou plataforma já utilizada em outro município. Essa replicabilidade vale para diversas áreas (saúde, segurança

e educação). A Secretaria de Educação, representada por alguns técnicos, recebe a formação, quanto ao planejamento e execução de atividades, que será replicada nas Escolas.

Problematizamos, aqui, a presença de uma educação voltada para replicabilidade que iguala municípios e realidades distintas. Entendemos que as especificidades regionais devem ser levadas em conta desde o momento da elaboração do PME, até a sua utilização, através da prática do professor em sala de aula. No momento em que uma plataforma é replicada para municípios distintos, questionamos a eficácia com relação ao êxito dos alunos, bem como a autonomia do professor que é levado a desenvolver as atividades contidas em uma plataforma que foi criada para outro município com características educacionais específicas.

Portanto, entendemos que a replicabilidade é um fator complexo e que merece atenção, uma vez que as regionalidades educacionais podem não ser levadas em conta quando se atende a um modelo e resultados.

### 6.2.3 Categoria Políticas Educacionais



O Plano Nacional de Educação é a política pública que embasa as atividades educacionais e tem como objetivo a melhoria da educação. Está amparado na Constituição Federal e visa efetivar os deveres do Estado em relação à Educação. Desta forma, ao aprofundarmos nossa leitura, verificamos que os Artigos 208 e 214 da Constituição Federal tratam da razão política para a elaboração dos planos de educação

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V -

acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Nesse artigo é apontado que é função do Estado garantir a educação básica por meio de programas, sejam eles quais forem, bem como garantir o transporte, alimentação e assistência à saúde de todos aqueles alunos que se encontram na faixa etária dos 4 aos 17 anos. Assim, entendemos que os planos de educação devem atender a esta exigência, garantida por lei, para os educandos que se encontram nesta etapa educacional. O próximo artigo aborda e enfatiza que o poder público é o responsável pela aplicação dos recursos destinados à educação, como podemos verificar a seguir.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Para que este direito seja garantido, com qualidade e de forma universal, é implementada a Política Educacional. Esta sofreu mutações, ao longo do tempo, em função de ser um elemento de normatização do Estado e que envolve interesses políticos diversos. No entanto, a Política Educacional de um país deve ser guiada pelo povo, respeitando o direito de cada indivíduo e assegurando o bem comum.

Na cartilha analisada, neste estudo, as Políticas Educacionais abrangem programas que permeiam todo o atendimento educacional. Desde sua origem, passando por seu planejamento e culminando em sua aplicação nas Escolas municipais. Estes programas serão detalhados mais profundamente na categoria “Serviços”. Conforme vimos anteriormente, as Políticas Educacionais devem ser guiadas pelo povo, porém, ao analisarmos o trecho a seguir, presente na cartilha 4 anos juntos Pelotas-RS, verificamos a presença do setor privado, em parceria com a prefeitura municipal, tanto no diagnóstico quanto na indicação de “oportunidades” de melhorias do setor educacional

[...] Em 2013, a frente de cocriação de serviços de Educação realizou um diagnóstico, por meio da Agência Tellus e em parceria com a Prefeitura de Pelotas, a fim de encontrar oportunidades de melhoria nos serviços oferecidos pela rede municipal de educação. Foi então identificada a oportunidade de buscar melhores práticas para unir a educação e a tecnologia em sala de aula. (p.46)

Portanto, mais uma vez, podemos identificar a presença de parcerias em espaços que seriam de responsabilidade de melhorias por parte do setor público. A legislação educacional é outro instrumento técnico da Política Educacional, que garante a homogeneização ideológica na educação e a centralização administrativa, ou deveria ser, a priori. A educação é um direito público! Esta afirmação contém o indicativo de que todos os cidadãos têm direito à educação. É na Constituição Federal, Estadual ou Municipal, que habita esse direito e que nos permite reivindicar, por ele.

A Lei municipal 5.871/12, já mencionada anteriormente, aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio de 2011-2020. Neste texto legal constam as metas a serem aprovadas, até o ano de 2020, pelo município na área da educação pelotense. No artigo 8º a Lei trata das diretrizes orçamentárias para o cumprimento das metas estabelecidas no PME, porém, segundo a legislação, não estão previstas parcerias com o setor privado, e sim, uma organização nas finanças do município para que sejam assegurados os orçamentos para garantir o seu cumprimento.

O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME - 2011/2020 e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução. (LEI 5.871/12).

Pretto (2006) analisa as questões que envolvem as políticas públicas educacionais, na contemporaneidade, focando seu estudo nas relacionadas à cultura, a ciência e a tecnologia. Aponta para a inserção da política educacional do software livre, disponibilizado pelo Governo Federal, e discorre para a necessidade da utilização dessas tecnologias na formação de professores. Entretanto, a utilização destas tecnologias, que se apresentam de forma constante na educação pública brasileira, requer, a nosso ver, adaptações para que sejam respeitadas as especificidades educacionais. O que não se encaixaria na “replicabilidade”, forma como o governo municipal vêm disseminando esses softwares disponibilizados pelo Governo Federal. Nas categorias que seguem, trataremos, de forma mais aprofundada, esses softwares, bem como, apresentaremos excertos, tirados da cartilha, que indicam a forma de utilização e replicabilidade desta ferramenta.

O autor nos aponta, ainda, que devemos atentar para a implementação das Políticas Públicas no tocante a formação continuada dos professores que são considerados o centro do trabalho e da utilização dessas tecnologias que surgem e são disseminadas com muita rapidez na área educacional.

[...] Dentro de tantas políticas públicas para a educação, analisa-se a as políticas públicas de formação de educadores em destaque, tendo em vista o papel que essas políticas exercem no aprimoramento da educação e de seu caráter para com a educação como um todo. (PRETTO: 2006, p. 474)

Neste viés, a prefeitura de Pelotas “implementou” um programa educacional nas chamadas “Escolas piloto”, conforme podemos verificar no trecho da cartilha analisada que segue.

[...] Em 2015, a prefeitura pelotense avançou sozinha na implementação da Educopédia. Após concluída a fase preparatória, em maio de 2016, a cidade recebeu cinco profissionais da assessoria de inovação da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro para capacitar 50 professores da rede pública de Pelotas. Foram disponibilizados 66 kits da nova ferramenta tecnológica de ensino-aprendizado entre as quatro Escolas. (p. 46)

Atentamos aqui para o número de Escolas que receberam os kits oferecidos pelo governo e para o número de Escolas municipais que a cidade possui. O município de Pelotas possui 89 escolas com 2.759 professores. Porém, apenas 4 escolas e 50 professores foram contemplados com a formação para utilizar a ferramenta. Conforme podemos verificar nas figuras, segundo as redes sociais da Secretaria Municipal de Educação de Pelotas.

**Figura 3 - Publicação do CETEP sobre a Educopédia**

The image shows a screenshot of a Facebook page for 'Cetep Smed'. The page header includes the name 'Márcia', navigation options like 'Página inicial' and 'Criar', and notification icons. The main content area features a photo album titled 'CETEP - Espaço físico' with 17 photos. Below this is a post from 'Cetep Smed' dated May 29, 2017, at 15:21, announcing a 'Workshop "Explorando Google Drive" 29/05' led by a supervisor. The post has 2 likes and a 'Comentar' button. Below the post is a large photo of four women in a meeting. At the bottom, there is another photo album titled 'Curso Básico de Informática' with 17 photos. The right sidebar contains language options (Português (Brasil), Português (Portugal), English (US), Español, Français (France)) and footer information including 'Privacidade', 'Termos', 'Anúncios', 'Opções de anúncio', 'Cookies', and 'Mais', along with 'Facebook © 2019'.

Fonte: redes sociais do CETEP- página vinculada à Secretaria Municipal de Pelotas

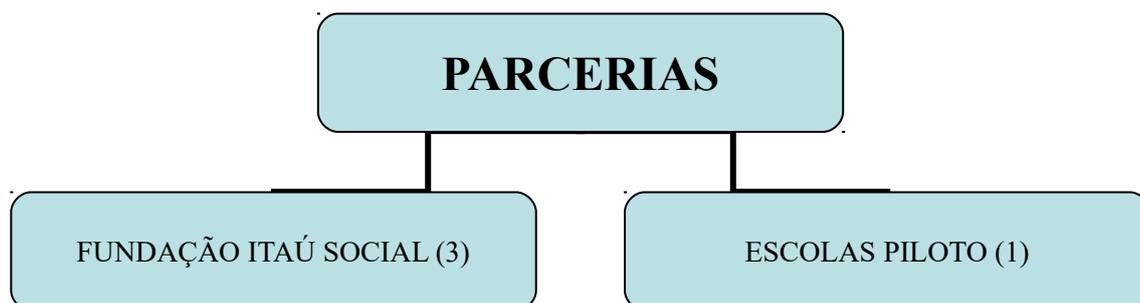
**Figura 4 - Publicação do CETEP- órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação**



Fonte: redes sociais do CETEP- página vinculada à Secretaria Municipal de Pelotas

A partir do exposto sobre políticas educacionais e ainda, segundo Pretto (2006), “[...] as pessoas não estão acostumadas a atuar de forma colaborativa, e ainda impera a lógica da hierarquia vertical, com delegação plena de poderes a representantes”. (p. 21)

### 6.2.4 Categoria Parceria



No dicionário online de Etimologia Michaelis (2018), o termo *parceria* significa “Reunião de pessoas por interesse e objetivo comum.” Agregando sentido a essa definição, uma PPP é

“[...] no âmbito da administração pública, contrato de concessão de serviços públicos ou de obras públicas; mecanismo adotado pelo Estado que permite aumentar a colaboração do setor privado na implantação e na prestação de serviços de infraestrutura necessários ao desenvolvimento (pontes, estradas, hospitais etc.) pelo fato de o governo não ter a intenção de arcar integralmente com os seus custos”. (MICHAELIS, 2018)

Assim, a partir dos mecanismos adotados pelo Estado, descrevemos aqui a parceria feita entre a prefeitura municipal de Pelotas e a Fundação Itaú Social que, juntos, implementaram em algumas Escolas da Rede Pública de Educação, a plataforma digital colaborativa, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Segundo o documento em análise, “a cidade foi a terceira a integrar o Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, em outubro de 2013, com a realização da frente de escritório de gerenciamento de projetos e, pouco depois, a de cocriação de serviços em saúde.” (p. 8)

Um dos projetos, replicados na cidade de Pelotas, foi a Educopédia, uma ferramenta online que “auxilia” os professores com planos de aula prontos, atividades, jogos e vídeos. Interessante perceber que, apesar de divulgar a importância desta parceria, somente foi implementado, o sistema da plataforma digital, em quatro Escolas. Um número considerado pequeno, ao compararmos com a quantidade de Escolas que a cidade possui. Na cartilha, analisada consta que:

[...] O projeto foi implementado em quatro Escolas municipais: Brum de Azeredo, Piratinino de Almeida, Oswaldo Cruz e Nossa Senhora de

Lourdes. Juntas, elas beneficiaram 2.282 alunos. Para receber a plataforma Educopédia, essas Escolas receberam infraestrutura, passando a contar com conexão de internet, datashow, caixas de som, tela-projeção de 80 polegadas e notebook. Foram capacitados 50 professores para o uso da tecnologia.” (p. 46)

O número de escolas atendidas não corresponde com a realidade. Além do quantitativo de escolas há um número expressivo de professores, dados informados na própria cartilha. Desta forma implica afirmar que há um número baixo de escolas e, conseqüentemente, professores “capacitados” para utilizar a plataforma. Outro fator, que nos salta aos olhos, é a falta de informação, tanto por parte do Programa Juntos quanto por parte da prefeitura municipal de Pelotas, de como foi feita a escolha ou seleção dessas Escolas. Esse dado não consta em nenhum dos documentos e páginas pesquisados. Desta forma, questionamos aqui, a afirmativa do então prefeito da época, Eduardo Leite, sobre “a educação deve ser pra todos”.

Um dos parceiros, responsáveis pela implementação da plataforma digital no município, é a Fundação Itaú Social que, na página da Comunitas, é citada como “parceira” do município:

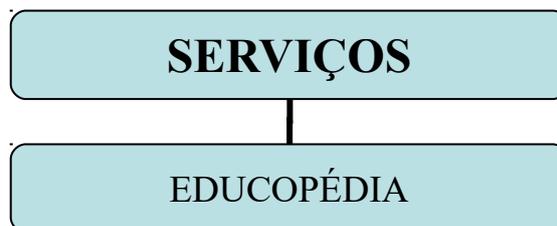
O prefeito Eduardo Leite recebeu, na manhã desta quarta-feira (6/5/15) a visita da representante da Fundação Itaú Social, Sônia Dias. A Fundação é parceira da prefeitura na formação continuada dos gestores de educação da rede e na construção do Plano Municipal de Educação. Eduardo se mostrou satisfeito em poder contar com o apoio de uma instituição com credibilidade e reconhecimento no país, que trabalha com consultores com experiência na construção de planos de educação. A parceria com a Fundação Itaú Social não prevê qualquer custo para o Município. A Fundação, que tem o foco no desenvolvimento da educação no país, oferece assessoria técnica especializada que fará um diagnóstico das necessidades e contribuirá na formação dos gestores da Secretaria de Educação e Desporto (Smed) e aplicarão os conhecimentos na rede, especialmente em 16 escolas eleitas prioritárias. (COMUNITAS, 2018)

Interessante ressaltar a contradição das informações contidas entre os “parceiros”. Na página da Comunitas, a informação apresentada é a de que 16 Escolas receberão assessoria técnica especializada da Fundação Itaú Social, enquanto isso, no documento analisado por nós, a informação é a de que apenas quatro Escolas teriam acesso a essa assessoria. Fato curioso, se pensarmos que o trabalho da Comunitas e de seus parceiros é feito em rede.

Ainda, na página da Comunitas é destacado que eles tem uma ideia de que o “[...] trabalho dure cerca de dois anos – não existe teto estipulado, as ações continuam enquanto as

metas não forem alcançadas.” Portanto, inferimos que, enquanto todas as metas do PME não são alcançadas, a Fundação Itaú Social e a Rede Comunitas participarão das decisões que envolvem a educação do município de Pelotas.

### 6.2.5 Categoria Serviços



O objetivo da plataforma é tornar o ensino mais atraente e mobilizador para crianças e adolescentes, além de instrumentalizar o professor. Ainda, a Educopédia é mais uma alternativa ao reforço escolar para os alunos que faltam às aulas ou que não compreendem o conteúdo ensinado. (COMUNITAS, 2018, p. 46)

A ferramenta, que atende apenas a um pequeno número de escolas, promete um ensino mais atraente, que atende tanto alunos e professores, e na ausência de aprendizagem, assume, também, o papel de ensinar. O produto é divulgado na página do Juntos. O princípio da replicação é observada, pela empresa, que apresenta a parceria estabelecida entre a Prefeitura de Pelotas e a Prefeitura do Rio de Janeiro por meio da Plataforma Educopédia.

Com crianças e jovens cada vez mais conectados, familiarizados com ferramentas de tecnologia, a Prefeitura de Pelotas encontrou uma forma de usar recursos digitais para tornar as aulas mais atrativas para os alunos da rede municipal de ensino. Com a ajuda do Juntos e usando a expertise da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi implementada na cidade a Educopédia uma ferramenta digital que utiliza recursos multimídia nas salas de aula. (JUNTOS, 2019)

Em sua página nas redes sociais, o então prefeito na época, fez uma publicação onde diz que os professores concluíram a formação para trabalharem com a plataforma digital, bem como, informa que as quatro Escolas de Pelotas foram as primeiras em todo o Estado a adotarem as atividades nas mídias digitais, conforme podemos verificar na imagem abaixo.

*Figura 5 - Publicação do prefeito Eduardo Leite abordando o assunto Educopédia*

**Eduardo Leite** compartilhou uma foto.  
2 de junho de 2016 · 🌐

**EDUCAÇÃO**  
Mais tecnologia no processo pedagógico na sala de aula. Conheçam a Educopédia, a ferramenta que estamos instalando nas escolas para dinamizar o ensino e atrair a atenção da gurizada no século 21!

**66 SALAS COM EDUCOPÉDIA**  
#PELOTASCONECTADA

**Prefeitura de Pelotas**  
1 de junho de 2016 · 🌐

Professores da rede municipal concluíram a capacitação para utilizar a Educopédia. Você sabe o que é a Educopédia? É uma plataforma virtual que disponibiliza aos educadores material audiovisual e multidisciplinar sobre os conteúdos que serão trabalhados na sala de aula.

As Escolas de Ensino Fundamental Brum de Azeredo, Piratinino de Almeida, Osvaldo Cruz e Nossa Senhora de Lourdes são as primeiras em todo Estado a implementar a ferramenta. São 66 salas com conexão de internet rápida, além da instalação, de forma fixa, em cada sala de aula, de um data-show, um conjunto de caixas de som, uma tela-projeção de 80 polegadas e um notebook.

**Páginas curtidas por esta Página**

- Pelotas Prefeitura de Pelotas
- VIDA Vida Urgente
- Superintendência dos Serviços ...

**Publicação recente da Página**

**Eduardo Leite**  
2 de novembro às 07:01 · 🌐

« Seguimos firmes no processo de desburocratização para dar mais liber...  
Ver mais

678 comentários 53 compartilhamentos

Compartilhar

**Eduardo Leite**  
1 de novembro às 17:20 · 🌐

« Forças de segurança de mais de 100 municípios com melhores equipamentos para proteger nosso Rio Grande! 🚓 🚒 🚑  
#VamosRioGrande 🍌

Fonte: redes sociais do então prefeito de Pelotas-2016

Em artigo publicado no XIX Encontro Nacional de Geógrafos no ano de 2018, foi apresentada uma pesquisa sobre o uso da Educopédia pelos professores de geografia da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, entidade pioneira no uso da plataforma. Neste documento os professores relatam as dificuldades encontradas ao trabalhar com a Educopédia:

Disciplinas como a Geografia foi beneficiadas com a adoção desta tecnologia, ainda que existam alguns obstáculos, tais como a real disponibilidade de tais equipamentos nas escolas, internet e o treinamento que leva ao conhecimento técnico para manejá-los. Foi neste sentido que essa pesquisa foi direcionada, com o objetivo central de verificar o uso real da Educopédia pelos professores de Geografia da Rede Municipal de Educação, nas escolas onde lecionam. (p. 1)

A partir deste relato, questionamos a eficácia da plataforma digital, bem como, a quantidade de equipamentos ofertados que, segundo o relato acima, não é o suficiente para uma turma com um número expressivo de alunos. Ainda, segundo o artigo mencionado, a definição para a Educopédia seria

[...] um projeto consiste em atividades organizadas em anos (série) e bimestres, incluindo temas/conteúdos, com as respectivas competências, divididas em trinta e duas aulas digitais, por disciplinas, correspondentes às semanas do ano letivo. Além disso, apresenta vídeos, animações, imagens, textos, podcasts, quiz e jogos que estão inseridos nas atividades, seguindo um roteiro pré-definido em consonância com teorias metacognitivas. (p. 4)

Não questionamos aqui a importância da utilização das tecnologias em sala de aula, muito antes pelo contrário, o que nos deixa inquietos é a forma como é instalada nas Escolas, bem como, o acesso às atividades que, pelo relato do professor de geografia, citado anteriormente, não fica disponível durante os turnos, e sim, deve ser agendado com antecedência para que, algum professor que teve acesso à formação para trabalhar com a plataforma possa auxiliar o professor da disciplina nas atividades da aula.

## 7 METATEXTO

Após analisarmos as categorias emergentes do texto, percebemos que, o setor privado estabelece parcerias com o setor público para suprir uma necessidade que, aparentemente, os municípios não conseguem resolver. Assim, ao selecionarmos como foco de nossa análise uma cartilha que relata as atividades exercidas durante 4 anos no município de Pelotas pelo Programa Juntos, podemos inferir que, no âmbito da educação, o setor privado está presente desde o âmago das atividades educacionais, que são vistas aqui como o planejamento e a construção do plano municipal de educação, até sua inserção, de fato, nas atividades escolares utilizadas pelos professores, como a plataforma digital Educopédia, instalada em algumas Escolas piloto do município.

Ao optarmos pela escolha da cartilha que apresenta as atividades exercidas na cidade de Pelotas, nos aproximamos do nosso objetivo principal, que foi verificar a interferência do setor privado empresarial nas políticas educacionais na educação pública da cidade de Pelotas, e observamos que a cidade se utiliza de um dos serviços, propostos pela Fundação Itaú Social, a Educopédia que, ao longo de nossa análise, podemos perceber que foi ofertada para algumas das muitas Escolas municipais que temos, porém, nem todas foram contempladas com a plataforma digital. Foi possível verificar também que, para que um professor possa utilizar os serviços apresentados por esta plataforma, é necessária uma formação específica que, conforme o próprio documento, foi ofertada para somente 50 professores da rede.

A partir das análises minuciosas feitas em cada categoria que emergiu do texto analisado, e entendendo por setor público a esfera onde o Estado é o centro, e tendo por setor privado um conjunto de iniciativas econômicas que não dependem do estado, acreditamos que, com o privado sendo protagonista na educação pública, a luta entre as classes se intensifica, uma vez que o ensino público, com os moldes burgueses, é voltado para as classes sociais mais abastardas de recursos em detrimento do pobre que depende tanto da Escola quanto do ensino público para que possam, no mínimo, ter condições de igualdade na disputa por uma vaga no mercado de trabalho que, certamente, com as metodologias utilizadas, no caso estudado, tendem a elevar suas vistas ao mais qualificado, neste caso, o filho do rico.

Contudo, ao selecionarmos o recorte “educação” para ser o foco principal da nossa pesquisa, entendemos que, conforme foi possível observar na seção da metodologia, os interesses privados e políticos perpassam toda a esfera educacional, desde os planos de educação até a oferta de serviços, e acreditamos que, desta forma, o empresariado ganha mais espaço em detrimento ao setor público, tomando um espaço em que o Estado deveria ser

protagonista nas decisões e a gestão educacional foi permeada e influenciada por diferentes enfoques com tendências capitalista.

Tivemos aqui a pretensão de enfatizar o domínio que o setor privado estabelece sob o setor público quando parcerias público-privadas são firmadas. As empresas privadas, tidas como parceiras da educação pública, geralmente visam ao lucro e se tornam competitivas para atender às demandas precarizadas pelo Estado. Essas empresas podem até ter alguns objetivos humanitários, porém, normalmente, sua visão é a rentabilidade do negócio, não necessariamente servir o público.

Nesse sentido, entendemos que a educação passa a ser vista como uma grande empresa, em que é preciso atingir as metas sem que seja levado em consideração o processo e o todo passa a ser mais importante. Foi possível constatar que, no que se refere às políticas educacionais, uma das grandes influências das parcerias público-privadas é a intenção da reformulação do ensino público, com a ideia de modernização do sistema educativo a partir das tecnologias. As metodologias e programas adotados não apenas reforçam a percepção de que a educação pública vem passando por uma crise e possui vários problemas, mas também afirma, por meio de sua atuação, a premissa de que o sistema privado funciona melhor que o sistema público.

Após incansáveis leituras, podemos perceber as fortes tendências políticas que permeiam os interesses nas PPP's e que, com a predominância do privado como exemplo de qualidade, as desigualdades entre as classes sociais tendem a aumentar, uma vez que a educação é vista para o ensino de uma elite ou então com o intuito de isolar a classe operária para impedir sua presença nas instituições representativas, e, de alguma forma, conquistar a direção de um Estado

Assim, aquele que não se encaixa nos moldes de educação propostas pelo Estado, porém com metodologias oriundas do setor privado, não terá chance de permanecer na escola e exercer o seu direito, lutando por uma educação laica, pública, gratuita e de qualidade. O que nos remete ao mito do Procusto, enfatizado por Marcos Bagno (2014) na obra “Pesquisa na Escola”, onde o autor compara aquele que não se encaixa na educação por diversas razões (o filho da classe trabalhadora) ao mito do Procusto:

Na mitologia grega havia um personagem muito cruel que se chamava Procusto. Ele era um malfeitor que morava em uma floresta. Procusto mandou fazer uma cama que tinha exatamente as medidas do seu próprio corpo, nem um milímetro a mais, nem um milímetro a menos. Quando capturava uma pessoa na estrada, Procusto amarrava-a naquela cama. Se a

pessoa fosse maior que aquela cama, ele simplesmente cortava o que sobrava. Se fosse maior, ela a espichava e esticava até ela caber naquelas medidas.

Podemos estabelecer uma comparação entre o mito do Procusto com as parcerias público-privadas na educação pública pelotense: aqueles que se encaixam nos moldes estabelecidos pelas metodologias utilizadas, poderão permanecer e avançar em seus estudos. Os que não se encaixam, terão de ser esticados ou cortados para que se adaptem. Podemos dizer que o espírito de Procusto está presente em muitos segmentos da esfera pública, em que a elite burguesa, aqui entendida como as empresas detentoras do poder por entrarem com o capital na parceria, estabelecem as medidas da cama. Aquele que não se encaixa, entendidos aqui como os operários do chão da fábrica e os filhos do trabalhador, terão que seguir até que, em outro momento, encontre outro Procusto no meio do caminho e, se der sorte, não terá de ser cortado ou esticado.

Respondendo ao objetivo desta pesquisa com relação a interferência do setor privado empresarial nas políticas educacionais na educação pública da cidade de Pelotas, foi possível constatar que o empresariado molda o setor da educação desde o seu planejamento que perpassa o plano municipal de educação, até a sua execução, estabelecendo parcerias e ofertando serviços que seguem uma linha de mercado. Contudo, essas instituições, que se denominam como sem fins lucrativos e que foram apresentadas ao longo desta pesquisa, tais como a Organização Comunitas e a Fundação Itaú Social, possuem uma autonomia quanto às finanças públicas do município, e gerenciam a forma como esses recursos devem ser utilizados. Durante a pesquisa, podemos observar que, em forma de cartilhas, o Programa Juntos “direciona” as atividades do município auxiliando de que forma os investimentos devem ser aplicados de modo que possam exercer a intenção do mercado no serviço público. Acreditamos que o serviço público não deve se sujeitar aos domínios do mercado, tão pouco permitir que este molde os serviços públicos essenciais, como é o caso da educação, discutido nesta pesquisa.

No momento em que a gestão educacional permite a recorrência de sua atuação como um mero cliente das empresas, reforça a visão que historicamente se tem de que o privado apresenta melhor qualidade em seus serviços, isso acarreta num desmonte do Estado que permite anunciar um atravessamento de ideais não democráticos estabelecidos pelas instituições privadas.

Assim, como demonstramos nesta pesquisa, as parcerias público-privadas interferem diretamente no planejamento, construção e atuação do processo educativo, estabelecendo um

processo de disputa por vagas tanto nas escolas públicas quanto nas vagas do mercado de trabalho onde quem está encaixado nas medidas do Procusto, poderá permanecer e a única responsabilidade pelo sucesso e/ou fracasso é de única responsabilidade de si mesmo.

## 9 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Renata Bernardo. O USO DA EDUCOPÉDIA PELOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DA SME/RJ. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos. Pensar e fazer a geografia brasileira no século XXI. João Pessoa, Julho 2018.
- ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? : Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho- 3ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é e como se faz/Marcos Bagno. - 26 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil . Homologada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 6 de novembro de 2019.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 6 de novembro de 2019.
- BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)> . Acesso em: 6 de novembro de 2019.
- CAREGNATO RCA, MUTTI R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso *versus* Análise de Conteúdo. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84. 2006.
- COMUNITAS. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/comunitas/>> . Acesso em 10/2018.
- COMUNITAS. Cartilha Programa Juntos - Governança compartilhada em prol da melhoria da Gestão. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/download/cartilha-programa-juntos-governanca-compartilhada-em-prol-da-melhoria-da-gestao/>> . Acesso em 2 de outubro de 2019.
- COMUNITAS. Cartilha de Replicabilidade – Escritório de Gerenciamento de Projetos. Disponível em: <<https://wiki.redejuntos.org.br/busca/cartilha-de-escritorio-de-gerenciamento-de-projetos-comunitas-e-juntos-pelo-desenvolvimento>>. Acesso em 2 de outubro de 2019.
- COMUNITAS. Pacto Pelotas pela Paz, disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/em-forum-educacao-e-oportunidade-deram-o-tom-do-pacto-pelotas-pela-paz/>> . Acesso em 2 de outubro de 2019.
- COMUNITAS. O uso da Tecnologia na Gestão Pública. Disponível em: <<https://wiki.redejuntos.org.br/busca/publicacao-o-uso-da-tecnologia-na-gestao-publica-comunitas>> . Acesso em 2 de outubro de 2019.
- COMUNITAS. O papel dos municípios na segurança pública: o caso Pacto Pelotas pela

paz. Disponível em: < <http://www.comunitas.org/portal/download/papel-do-municipio-na-seguranca-publica-o-caso-do-pacto-pelotas-pela-paz/> > Acesso em 2 de outubro de 2019.

DICIONÁRIO MICHAELIS online, disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/educar>. Acesso em 23 de outubro de 2018.

FERNANDES, Rubem Cesar. Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – cidades- Pelotas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas> . Acesso em 11 de março de 2019.

LESSA, Sergio. Para além de Marx? : crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores, livro 1, tomo 2).

MÉSZAROS, István. A educação para além do Capital. [tradução Isa Tavares] 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino. Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. MEC/SASE. Brasília, 2014. Disponível em: < [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) >. Acesso em: 7 de novembro de 2019.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v.9, n. 2, p.191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2016

MOROSI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Metas do PNE. Disponível em:

<<http://https://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em 7 de novembro de 2019.

PELOTAS. Lei nº 6.245, de 24 de junho de 2015 aprova o Plano Municipal de Educação. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/p/pelotas>>. Acesso em 3 de novembro de 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera, ADRIÃO, Theresa. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera (org.). *O público e o privado na educação interfaces entre estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L., PEGORARO, L. (org.) *Dilemas da educação brasileira*

em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. Texto apresentado na Anped Sul, 2008 (CD) artigo disponível em <http://www.ufrgs.br/faced/peroni>

PERONI, Vera Maria Vidal. O público e o privado na gestão e financiamento de sistemas educacionais públicos: um estudo dos programas da Rede Vencer, coordenado pelo Instituto Ayrton Senna. In: ALBUQUERQUE, Maria Gláucia M. Teixeira; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (organizadoras). Política e Gestão Educacional: contextos e práticas. Fortaleza, Ed. UECE, 2008. artigo disponível em <http://www.ufrgs.br/faced/peroni>, 2008b

\_\_\_\_\_. As parcerias público/privadas na educação e as desigualdades sociais. Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento educacional Administração da educação e políticas educacionais: justiça e desigualdades. nº 7. Curitiba PR, Universidade Tuiuti, Programa de pós-graduação, 2009a.

\_\_\_\_\_. Políticas Educacionais e a relação público/privado. Texto apresentado no GT Educação Especial, ANPED, 2009 (CD) artigo disponível em <http://www.ufrgs.br/faced/peroni/> 2009b.

\_\_\_\_\_. As parcerias público-privadas na educação e as implicações para a gestão democrática. Texto apresentado na ANPAE 2009 (CD).

PRETTO, Nelson De Luca. Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, RJ, v. 02, n.01, p. 08 -21, mar, 2006. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10619\\_5662.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10619_5662.pdf). Acesso em 31/10/2019.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Constituição (1934). Brasília: Planalto do Governo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Data de acesso: 04 de novembro de 2019.

UFPel, 2018- Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física (OTPEF). Encontro de políticas educacionais: as parcerias público-privadas e as redes de políticas. Vídeo disponível em <https://www.facebook.com/outrasvozes.com.br/videos/2095403480488174/>. Acesso em 15/8/2018.

VIEIRA, E . Os direitos e a política social. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

## 10 ANEXOS